



**Universidade Estadual de Montes Claros
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS**

Anelisa Graciele de Oliveira

IDOSOS CHEFES DE FAMÍLIA: uma análise de seus arranjos domiciliares e dos determinantes de sua condição de chefe. Minas Gerais, 2009.

Montes Claros (MG)
2012

Anelisa Graciele de Oliveira

**IDOSOS CHEFES DE FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DE SEUS ARRANJOS
DOMICILIARES E DOS DETERMINANTES DE SUA CONDIÇÃO DE
CHEFE. MINAS GERAIS, 2009.**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Desenvolvimento Social,
da Universidade Estadual de Montes Claros
como exigência para obtenção do Título de
Mestre em Desenvolvimento Social.**

**Orientadora: Prof^a Dr^a. Luciene Rodrigues.
Co-orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Elizete
Gonçalves.**

**Montes Claros (MG)
2012**

O48i Oliveira, Anelisa Graciele de.
Idosos chefes de família [manuscrito] : uma análise de seus arranjos domiciliares e dos determinantes de sua condição de chefe. Minas Gerais, 2009 / Anelisa Graciele de Oliveira. – 2012.
79 f. : il.

Bibliografia: f. 77-79.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2012.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Elizete Gonçalves.

1. Idosos – Relações com a família - Minas Gerais. 2. População – Envelhecimento – Aspectos sociais. I. Rodrigues, Luciene. II. Gonçalves, Maria Elizete. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Uma análise de seus arranjos domiciliares e dos determinantes de sua condição de chefe. Minas Gerais, 2009.

Anelisa Graciele de Oliveira

**IDOSOS CHEFES DE FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DE SEUS ARRANJOS
DOMICILIARES E DOS DETERMINANTES DE SUA CONDIÇÃO DE
CHEFE. MINAS GERAIS, 2009.**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Desenvolvimento Social,
da Universidade Estadual de Montes Claros
como exigência para obtenção do Título de
Mestre em Desenvolvimento Social.**

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª. Luciene Rodrigues - Orientadora

Prof^ª Dr^ª. Maria Elizete Gonçalves - Co-orientadora

Prof. Dr. Henrique Dantas Neder - Examinador

Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo - Examinador

**Montes Claros (MG)
2012**

*A minha mãe, Sebastiana, e a minha filha, Ana Luísa... duas gerações em que sou o elo entre elas e este elo me permite conhecer as faces do amor materno (amor incondicional).
Aos meus queridos avós (in memoriam)...
inspiração para este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas graças a mim concedidas! Obrigada Senhor por toda benção!

À minha orientadora, prof.^a Luciene Rodrigues, pela credibilidade em mim depositada, pelo incentivo e orientação ao longo da elaboração desta dissertação. Agradeço de modo especial pelos ensinamentos que vão além da academia, com seu exemplo de respeito e cuidado com as pessoas. Sou grata pela oportunidade de conviver com pessoa tão humana e admirável.

À minha co-orientadora, prof.^a Maria Elizete, pela orientação dada na realização deste trabalho, principalmente na parte metodológica. Maria, mais uma vez o meu muito obrigada, pela amizade, pela presença em momentos de tormenta, por estar sempre pronta a me ouvir e me tranquilizar com palavras benditas, obrigada por todo apoio e incentivo.

Aos professores do PPGDS pelos ensinamentos, às funcionárias da secretaria do programa pelo carinho, ao aluno da turma de 2011, Adílio, pela colaboração em relação aos dados e aos colegas da turma de 2010.

À prof.^a Maria de Fátima Maia pelas palavras ditas que me transmitiram segurança em momento de grande incerteza e dúvidas e à Gilmara pela disponibilidade e apoio quando iniciei o mestrado.

Agradeço à minha família pela paciência e compreensão nos momentos de ausências e cansaço. Ao meu marido, Rodrigo, pela cooperação, apoio e partilha de seu tempo. De modo especial, a minha filha, Ana Luísa, pela presença tão abençoada e por ser meu maior incentivo.

A minha mãe, Sebastiana, grande incentivadora, ao meu pai, José André, e ao meu irmão, Lázaro, o meu muito obrigada a vocês, pelo apoio, pela colaboração e dedicação, principalmente nos cuidados com a pequena Ana Luísa no momento em que tudo parecia dar errado.

Agradeço ainda às amigas Elianize, Sibebe, Krishna e Mayara.

À Capes, pelo financiamento.

RESUMO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial e é decorrente das transformações demográficas que vêm ocorrendo nos últimos tempos. O crescimento mais elevado da população idosa em relação aos demais grupos etários é consequência de uma série de fatores, entre os quais, uma redução nas taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida. Cada vez mais tem ficado evidente que o envelhecimento populacional exige uma maior atenção para as políticas sociais, e a combinação desse processo de envelhecimento da população com as mudanças implementadas visando atender esse novo cenário acaba por alterar a estrutura familiar com consequências sobre a sociedade e a economia. Assim, o problema de pesquisa está centrado na seguinte questão: Quais são as principais características dos idosos chefes de famílias/domicílio e de seus tipos de arranjo domiciliar e quais os possíveis determinantes para sua condição de chefe de família? Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados dados da PNAD de 2009 para o estado de Minas Gerais. Inicialmente foram calculadas percentagens de idosos segundo grupos quinquenais de idade para as variáveis propostas. Para análise dos determinantes da condição de chefe de família foram estimados modelos de regressão logística com propostos de verificar em que medida as chances dos idosos serem chefes de família são afetadas por variáveis demográficas e socioeconômicas. Diante do aprofundamento desse processo de envelhecimento populacional (tendência universal), a importância do idoso no âmbito familiar e na sociedade certamente será aumentada. Por isso, estudar a população idosa em constante crescimento e sua estrutura de vida se torna importante.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Envelhecimento populacional. Idosos chefes de família. Arranjo Domiciliar.

ABSTRACT

Population aging is a worldwide phenomenon and is a result of demographic changes that have occurred in recent times. The highest growth of the elderly population compared to other age groups is a consequence of a number of factors, including a reduction in fertility rates and increased life expectancy. Increasingly it has become clear that the aging population requires greater attention to social policies, and the combination of the aging of the population with the changes implemented to meet this new situation turns out to change the family structure consequences on society and economy. Thus, the research problem is focused on the following question: What are the main characteristics of elderly heads of households / household and their types of living arrangement and what the possible determinants of their status as head of household? To develop this work, we used data from PNAD 2009 for the state of Minas Gerais. Initially, we calculated percentages of elderly second five-year age groups for the variables proposed. For analysis of the determinants of the householder were estimated with logistic regression models proposed to ascertain to what extent the chances of elderly householders are being affected by demographic and socioeconomic variables. Faced with the deepening of this process of population aging (universal tendency), the importance of the elderly within the family and society will certainly be increased. Therefore, studying the ever-growing elderly population and its structure of life becomes important.

Keywords: Developing. Population aging. Elderly heads of households. Household Arrangement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. DESENVOLVIMENTO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL.....	15
1. DESENVOLVIMENTO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL.....	15
1.1 Desenvolvimento e Demografia: O Processo de Envelhecimento Populacional	15
1.1.1 Taxa de Fecundidade	17
1.1.2 Mudanças na Expectativa de Vida.....	21
1.1.3 O Processo de envelhecimento da população.....	24
1.2 Envelhecimento Populacional no Brasil.....	26
1.3. Envelhecimento Populacional e Política Pública	32
1.3.1 Alguns Conceitos Relacionados à Política Pública	32
1.3.2 Envelhecimento e Políticas Públicas para os Idosos	34
1.3.3 Políticas Públicas para os Idosos no Brasil	35
2. APONTAMENTOS REFERENTES A ARRANJO DOMICILIAR	38
2.1. Arranjo Domiciliar: Algumas Características e Mudanças	38
2.2. Algumas hipóteses para a determinação do arranjo domiciliar dos idosos	41
2.3. O Idoso e o Arranjo Domiciliar.....	42
3. METODOLOGIA DE ANÁLISE E DADOS	46
3.1. Considerações metodológicas.....	46
3.2. Dados e variáveis.....	48
3.3. Método de análise: regressão logística	50
3.3.1. Formalização do modelo	50
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
4.1. Perfil dos Idosos Responsáveis pelo Domicílio no Estado de Minas Gerais no ano de 2009	53
4.2 Análise descritiva das variáveis incluídas no modelo	65
4.3. Análise dos Modelos	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária da população e conseqüentemente em todo o cenário da sociedade, ocasionando profundas implicações para os gastos e políticas sociais. Este fenômeno é mundial e é decorrente das transformações demográficas que vêm ocorrendo nos últimos tempos.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, o dilema atual é diferente daquele do Pós-Guerra. A diminuição da fecundidade tem conduzido a um envelhecimento das populações. Esse processo, por um lado, desafoga as demandas por políticas públicas para a população infanto-juvenil e, por outro lado, aumenta as demandas para a população idosa, especialmente aquelas relacionadas à previdência e oferta de serviços de apoio.

Alguns estudos têm sido realizados no país, avaliando os efeitos econômicos e sociais do envelhecimento e de políticas públicas sobre a estrutura familiar. Um exemplo, discutido por Delgado e Cardoso (1999) é a inversão de papéis (assistidos e assistentes) no âmbito familiar dos idosos da zona rural como resultado do acesso à renda da aposentadoria.

Além dessas mudanças, a renda do idoso tem representado uma parcela importante e crescente na renda familiar, como tem destacado a pesquisadora Camarano (2001) que faz uma análise do papel do idoso na família, constatando que tem crescido o percentual de idosos que são responsáveis pelo domicílio. De acordo com a autora os dados evidenciam a complexidade dos arranjos familiares e a heterogeneidade desse segmento da população acima dos 60 anos de idade.

O número de casos em que os idosos são responsáveis pelo sustento da família tem aumentado no Brasil, ou seja, a responsabilidade dos idosos vai além da contribuição financeira com suas famílias. Em muitas famílias os avós acabam assumindo os cuidados com os netos na ausência dos filhos.

Com o aumento da proporção da população idosa na população total e, somado a isso, o fato desse contingente populacional estar vivendo mais, novas políticas públicas são demandadas. Assim, conhecer as mudanças ocorridas ao longo do tempo em função (dentre outros fatores) do processo de envelhecimento populacional, conhecer quais as novas necessidades da população, em especial da população idosa, que de certa forma possui necessidades específicas, é importante para orientação dessas políticas.

O crescimento mais elevado da população idosa em relação aos demais grupos etários é consequência de uma série de fatores, entre os quais, uma redução nas taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida.

As mudanças na estrutura etária da população, segundo Rios-neto (2005), são afetadas primordialmente pelas tendências da fecundidade e da mortalidade (aumento da expectativa de vida). De acordo com o autor a queda na fecundidade total afeta bruscamente a estrutura etária da população, enquanto que o ganho na esperança de vida exerce maior influência sobre a longevidade (considerando um longo período de gerações de nascidos).

Sen (2000), ao tratar de algumas questões demográficas destaca, sobretudo, a importância da condição de agente das mulheres como grande influente no resultado de redução da taxa de fecundidade. O autor chama a atenção para evidências estatísticas que vinculam a educação e a participação da mulher nas atividades remuneradas a essa redução.

No que concerne ao aumento da expectativa de vida, Sen (2000) faz uma análise quanto ao crescimento econômico e investimentos públicos em saúde e educação. Nessa perspectiva ele recorre a análises estatísticas apresentadas por Anand e Ravallion que constataram que a expectativa de vida tem uma correlação positiva com o PNB per capita. No entanto, essa relação funciona por meio do impacto do PNB sobre as rendas, especificamente dos pobres, e os gastos públicos em serviços, em especial de saúde.

Dessa forma, a relação entre PNB per capita e aumento da expectativa de vida tende a funcionar particularmente por meio de gasto público com serviços de saúde e também por meio de resultados positivos para eliminar a pobreza.

Estes fatores (queda da fecundidade e aumento da longevidade), dentre outros, resultam no processo de envelhecimento populacional e esse rápido processo tem causado impactos na estrutura social e econômica dos países, exigindo algumas mudanças relacionadas, por exemplo, às políticas públicas para os idosos. Além disso, têm importantes implicações nos arranjos domiciliares, dentre outros aspectos da vida familiar dos idosos. Desta forma, uma maior atenção tem sido direcionada ao tema, já que ele traz consigo uma série de desafios políticos.

De acordo com Wong e Carvalho (2006) a tendência, considerando-se os gastos governamentais na perspectiva do processo de envelhecimento populacional no Brasil, é de grupos populacionais mais velhos demandando massivos recursos, a médio e longo prazo, seja pelo lado da previdência social, seja porque nas idades mais avançadas há uma necessidade maior nos cuidados com a saúde e estes são onerosos.

Para Rios-Neto (2005), em se tratando de estrutura etária, a dinâmica demográfica brasileira proporciona uma série de desafios e oportunidades para o planejamento do desenvolvimento humano no país nas próximas décadas. Dentre alguns tópicos a serem discutidos o autor destaca os efeitos de composição e transferências intergeracionais bem como as aplicações e formulações de políticas públicas que englobam a temática.

Cada vez mais tem ficado evidente que o envelhecimento populacional exige uma maior atenção para as políticas sociais, e a combinação desse processo de envelhecimento da população com as mudanças com vistas a atender esse novo cenário acaba por alterar a estrutura familiar com consequências sobre a sociedade e a economia.

Estudos revelam que o Brasil segue a tendência observada mundialmente, em termos de indicadores demográficos, em relação ao processo de envelhecimento da sua população (RIOS-NETO, 2005). Realizar uma análise voltada para o Estado de Minas Gerais, que contemple alguns aspectos socioeconômicos relacionados à sua população idosa é importante, pois nos permitirá conhecer um pouco de seu comportamento frente às mudanças demográficas ocorrentes. Além disso, esse tipo de estudo, voltado para o idoso na estrutura familiar, pode auxiliar na definição de políticas sociais voltadas especificamente para a população idosa do Estado.

Assim, o problema de pesquisa está centrado na seguinte questão: Quais são as principais características dos idosos chefes de famílias e seus tipos de arranjos domiciliares e quais os possíveis determinantes para sua condição de chefe de família?

Nesta perspectiva, em termos de delimitação do objeto, do período de análise e da unidade empírica de referência dos dados, é realizada uma análise de vários aspectos relacionados ao perfil do idoso chefe de família, para o ano de 2009.

Os objetivos do estudo consistem em: i) analisar aspectos relacionados ao perfil (arranjo domiciliar, situação conjugal, renda, dentre outros) do idoso chefe de família no estado de Minas Gerais, no ano de 2009; ii) identificar e analisar os possíveis determinantes da condição de chefe de família desses idosos no estado e; iii) verificar a possível existência de diferenciais de gênero relacionados à tipologia dos arranjos domiciliares e à determinação da chefia.

A princípio, outro objetivo pretendido era a comparação de resultados para períodos distintos. Além de 2009, era nossa intenção analisar resultados para 1980. Porém, problemas com as variáveis referentes à renda (base somente com casos *missing*), encontrados nos microdados do censo de 1980, e a falta da variável tipo de família acabou por limitar nossa escolha. Como essas duas variáveis são particularmente importantes para este estudo,

preferiu-se restringir a análise ao ano de 2009, tendo em vista que os microdados mais recentes disponíveis pelo IBGE, referentes à população e domicílio, são os da PNAD de 2009. Apesar de haver pesquisa mais recente (censo de 2010) os microdados ainda não estão disponíveis.

No referencial teórico do trabalho, os autores chaves para a análise da relação entre desenvolvimento e demografia são Sen (2000); Ray Debraj (1998) com discussões acerca da redução nas taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida. Com relação às teorias voltadas para a formação dos arranjos domiciliares e no que se refere especificamente ao arranjo domiciliar dos idosos e a algumas questões de gênero, a referência foi Medeiros e Osório (2000; 2002), Camarano (1999; 2002; 2003; 2004), dentre outros autores. Na elaboração do modelo para análise dos dados, as referências foram Gujarati (2006), Wooldridge (2001) e Gonçalves (2007).

A partir dos desenvolvimentos teóricos, levantam-se algumas hipóteses. Espera-se que haja um significativo diferencial nos resultados ao analisarmos os dados segundo o recorte por sexo, devido a questões de gênero. Entre homens e mulheres esperam-se diferenças referentes à situação conjugal, pois como a longevidade feminina é maior que a masculina, pode-se supor que haja uma maior tendência de, com o avançar da idade, haver um percentual maior de mulheres na condição de viúvas. Os homens, ao contrário, como lembra Nascimento (2001), possuem uma maior tendência de recompor a vida conjugal ao ficarem viúvos.

Outra hipótese, referente aos tipos de família, é que haja uma tendência maior de homens chefiarem famílias compostas por casais (com ou sem filhos) e mulheres chefiarem famílias compostas por mães e filhos, tendo em vista a nossa sociedade marcada pela cultura patriarcal somado a própria situação conjugal. Além disso, conforme Camarano e Ghaouri (2002), tem crescido no Brasil o número de domicílios compostos por mães e filhos sendo a viuvez o principal determinante desse tipo de família.

Dessa forma, espera-se também, que a situação conjugal seja um determinante significativo na condição de chefe de família. Além da situação conjugal, espera-se que a idade e a renda também sejam determinantes significativos.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados dados da (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar) PNAD de 2009 para o estado de Minas Gerais. Inicialmente foi feita uma análise descritiva para as variáveis propostas.

Posteriormente, para análise dos determinantes da condição de chefe de família foram estimados modelos de regressão logística. Como salienta Gonçalves et. al. (2007), este

método é utilizado frequentemente para modelar o relacionamento entre uma variável de resposta binária e um conjunto de covariáveis. Neste estudo, a variável resposta assume os valores 1 e 0, indicando se o idoso é chefe da família ou não, respectivamente; sendo incluídas nas regressões variáveis socioeconômicas e demográficas.

O texto encontra-se organizado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo busca analisar o processo de desenvolvimento e alguns aspectos relacionados às transformações demográficas com destaque para o envelhecimento da população como uma das conseqüências do processo. Busca-se definir os conceitos chaves do trabalho e discutir a relação entre envelhecimento e políticas públicas e, especificamente as políticas públicas voltadas para a população idosa no Brasil. O segundo capítulo é dedicado à análise dos arranjos domiciliares e algumas hipóteses acerca da determinação de tais arranjos para os idosos. No terceiro capítulo, apresenta-se o modelo de análise dos dados e as variáveis selecionadas. No quarto e último capítulo são apresentados os resultados do estudo para o estado de Minas Gerais para o ano de 2009, e respectiva análise.

Por meio deste estudo busca-se conhecer a população idosa, seu comportamento e mudanças nas duas últimas décadas e, a partir daí, fornecer subsídios para a proposição aprimoramento das políticas públicas para esse segmento populacional com vistas ao desenvolvimento social.

1. DESENVOLVIMENTO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Para a humanidade, "a longo prazo os dois problemas centrais decisivos são o demográfico e o ecológico".

Eric Hobsbawm, Age of Extremes, 1995.

Neste Capítulo trataremos de apontar algumas características demográficas relacionadas à população, enfatizando o seu processo de envelhecimento. Esse processo tem implicações sobre aspectos relacionados às políticas públicas, dentre várias outras dimensões da sociedade e pode ser ao mesmo tempo, como observaremos adiante, resultados de tais políticas. O debate suscita a análise de questões relacionadas com a previdência social, atualmente na ordem do dia em países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, entre outras questões sociais; cuja análise não pode ser dissociada da estrutura e da evolução da população. A questão do envelhecimento das populações, com a perda de dinamismo e todas as consequências econômicas e sociais daí resultantes, já começam a ser evidentes no presente e, em breve, poderão vir a ter profundas repercussões nas estruturas econômicas e sociais do país.

Dentre os aspectos que influenciam o processo de envelhecimento populacional, abordaremos neste trabalho, sobretudo a redução da taxa de fecundidade (número de filhos por mulher em idade fértil) e o aumento da expectativa de vida.

Antes de abordarmos estas duas questões mencionadas (fecundidade e expectativa de vida) cabe discutir brevemente o conceito de desenvolvimento social, e sua relação com as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a população idosa.

1.1 Desenvolvimento e Demografia: O Processo de Envelhecimento Populacional

O debate sobre desenvolvimento e demografia tem início com a discussão da relação entre crescimento econômico e crescimento demográfico por Malthus em fins do século XIX. Não é nosso objetivo historiar este debate, as mudanças ocorridas, as contraposições. Importa-nos, ter em mente de que não se trata de um debate novo, pois se assistiu a uma profunda transformação demográfica como também no entendimento do que é desenvolvimento.

A Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento ocorrida na cidade do Cairo em 1994, destacou que o desenvolvimento centrado no aspecto humano é base indispensável do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável. Foi afirmado que a participação das mulheres no processo de desenvolvimento é condição *sine qua non* da melhoria da qualidade de vida, sendo reconhecido que a atribuição de mais poderes à mulher em todos os países é pedra angular das políticas de população e desenvolvimento, tanto a nível nacional como internacional.

Em meio às várias ramificações que tomou o termo desenvolvimento¹, uma delas é a do desenvolvimento social que, segundo Rodrigues (2009), parte da perspectiva das condições de vida como ponto fundamental do desenvolvimento. Embora desde os anos sessenta do século XX este fosse um conceito já presente no debate das ciências sociais, ele foi institucionalizado, conforme a autora, na Conferência das Nações Unidas em Copenhague no ano de 1995:

“O objetivo da conferência era inventariar os problemas sociais do desenvolvimento e estabelecer alguns compromissos entre os países-membros, no sentido de garantir níveis mínimos de bem-estar social por meio da educação, da saúde, de um salário mínimo, rendimento mínimo ou de uma pensão mínima. O desenvolvimento social é entendido como “o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como a promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”.” (RODRIGUES, 2009, p. 15)

Portanto, este conceito está vinculado fundamentalmente a questões relacionadas à promoção social e às oportunidades dos indivíduos. Por se tratar de um conceito abrangente, com muitas possibilidades de entrada na temática, veremos que a questão da dinâmica demográfica (como a taxa de fecundidade, expectativa de vida em uma perspectiva do processo de envelhecimento) pode ser uma delas.

¹ Sobre conceito de desenvolvimento social e outras abordagens de desenvolvimento ver Rodrigues, L (2009).

1.1.1 Taxa de Fecundidade

Os pioneiros na análise do comportamento do crescimento da população foram Condorcet e Malthus no século XVIII. A discordância entre os dois estava exatamente no comportamento da fecundidade. Para Condorcet, a redução na taxa de fecundidade seria voluntária. Para ele, maior nível de educação, sobretudo para as mulheres, faria com que as pessoas optassem por famílias menores, dessa forma ocorreria uma redução voluntária da taxa de fecundidade. Malthus, no entanto, julgava tudo isso improvável. Ele não via possibilidade em ocorrer planejamento familiar voluntário. (SEN, 2000)

Por volta da década de 1950 começa a se falar da necessidade de políticas de controle da população quando o crescimento desta passa a ser considerado uma ameaça ao desenvolvimento, com altos níveis de fome, doença e violência, o que dificultaria a implementação das metas de desenvolvimento tratadas no ponto quatro de Truman.² (DUDEN, 2000)

Duden (2000) faz uma abordagem do planejamento familiar como fator de desenvolvimento. De acordo com ela quando começa a se falar em controle da taxa de fecundidade, por meio de políticas públicas, a população (ou o seu crescimento) era tratada como fator externo ao desenvolvimento. Somente a partir da década de 70 do século XX é que a população (crescimento, taxa de fecundidade, dentre outras variáveis relacionadas) passa a ser considerada como parte do processo de desenvolvimento.

Sen (2000) faz uma abordagem a cerca de resultados de políticas de planejamento familiar na redução da taxa de fecundidade versus resultados obtidos por meio do desenvolvimento social. O autor compara a redução na taxa de fecundidade na China por meio de políticas de coerção (como a da família com filho único) com a redução conquistada, por exemplo, na Índia, como resultado de melhorias na educação, nas condições de saúde, entre outros aspectos. Sen (2000) não está claro que a redução na taxa de fecundidade na China tenha sido conquistada graças às políticas de coerção. Na sua opinião, programas sociais e econômicos, como expansão da educação e de serviços de saúde, podem ter contribuído para essa redução na taxa de fecundidade no país. Sen (2000) ressalta que mesmo sem essas políticas de coerção poderia se esperar que a taxa de fecundidade chinesa fosse

² Sobre o ponto quatro de Truman e a “era do desenvolvimento” ver Rist, 2002.

menor que a média indiana, pois as realizações relacionadas ao desenvolvimento social na China são bem mais significativas.

No entanto, na Índia há uma heterogeneidade muito maior no que diz respeito às variáveis sociais. Sen (2000) faz uma análise isolada entre China e Kerala, pois este é um Estado indiano com altos níveis de educação, serviços de saúde, dentre outros serviços públicos, desta forma segundo o autor a comparação se torna mais interessante. O resultado foi uma taxa de fecundidade em Kerala menor que na China, em meados dos anos 1990, sem nenhum meio de coerção por parte do Estado. Ele lembra ainda que Kerala conta com algumas “características favoráveis relacionadas ao ganho de poder das mulheres e à condição de agente feminina, incluindo um maior reconhecimento, por tradição legal, dos direitos femininos de propriedade para uma parcela substancial e influente da comunidade.” (SEN, 2000).

Ao tratar da redução na taxa de fecundidade Sen (2000) destaca, sobretudo, a importância da condição de agente das mulheres como grande influente nesse resultado.

Existe hoje uma profusão de evidências estatísticas, baseadas em comparações entre países e regiões diversas (...) que vinculam a educação das mulheres (incluindo a alfabetização) à redução da fecundidade em diferentes países do mundo. Outros fatores considerados incluem a participação feminina nas chamadas atividades remuneradas fora de casa, a oportunidade das mulheres para auferir uma renda independente, os direitos de propriedade das mulheres e o *status* e o prestígio geral das mulheres na cultura social. (SEN, 2000, p. 250)

Nesta perspectiva, Sen (2000) destaca um estudo realizado por Marthi, Guio e Drèze no qual se conclui que entre as variáveis incluídas na análise as únicas que apresentaram um efeito (estatístico) significativo sobre a fecundidade foram: a alfabetização das mulheres e a participação feminina na força de trabalho. Além disso, foi constatado um efeito mais fraco de variáveis relacionadas ao desenvolvimento econômico nessa comparação.

Dessa forma, pode-se dizer que há uma forte relação entre o desenvolvimento social e a redução na taxa de fecundidade, como observa Sen (2000):

A história do mundo desde o debate entre Malthus e Condorcet não pendeu muito para o lado da opinião malthusiana. As taxas de fecundidade diminuíram acentuadamente com o desenvolvimento social e econômico. Isso aconteceu na Europa e na América do Norte, e está ocorrendo atualmente em boa parte da Ásia e, em grande medida, na América Latina. As taxas de fecundidade continuam sendo as mais elevadas e estão relativamente estáveis nos países menos privilegiados – particularmente na África subsaariana – , que não vêm apresentando desenvolvimento econômico ou social significativos, permanecendo pobres e atrasados no que concerne a educação básica, serviços de saúde e expectativa de vida. (SEN, 2000, p. 248)

Apresentaremos alguns dados a seguir no intuito de ilustrar um pouco do que é discutido por Sen e para mostrar o comportamento da taxa de fecundidade em algumas regiões, nos últimos anos.

O gráfico 1 apresenta a taxa de fecundidade (número de nascimento por mulher) segundo os grandes grupos regionais³ de países em dois períodos: entre 1990 e 1995 e projeção entre 2010 e 2015.

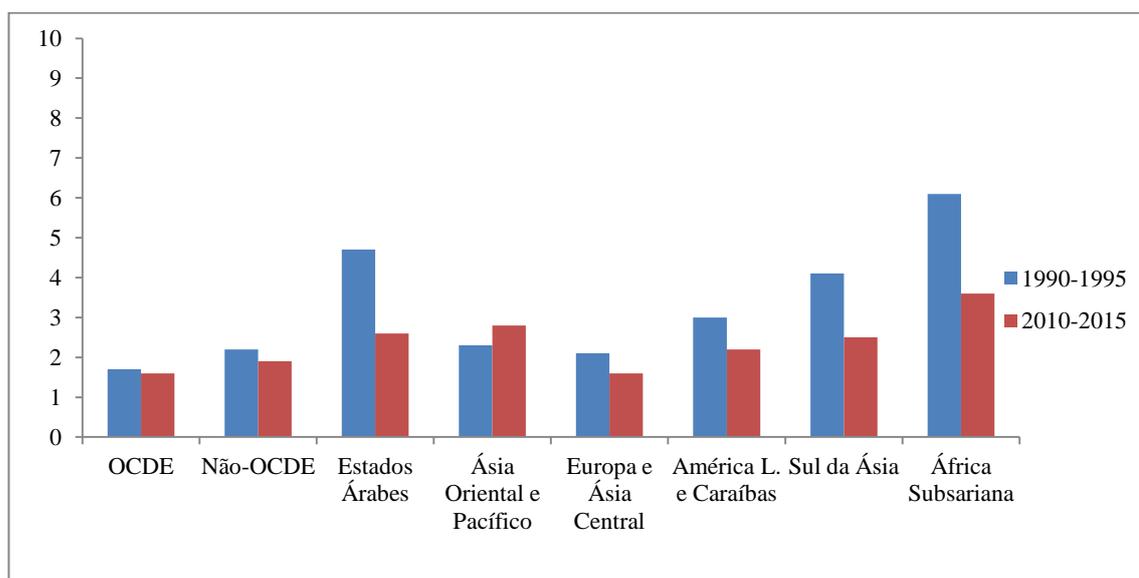


Gráfico 1: Taxa de fecundidade segundo grandes grupos regionais entre 1990 e 1995 e entre 2010 e 2015.

Fonte: Elaboração própria. Dados do PNUD, RDH 2010.

Obs: OCDE e Não-OCDE são os grupos dos países Desenvolvidos e os demais grupos são dos países em desenvolvimento.

De modo geral pode-se observar uma redução nas taxas de fecundidade em todos os grupos, exceto Ásia Oriental e Pacífico, no qual se observa leve aumento. Esta redução se mostra mais significativa nos Estados Árabes, Sul da Ásia e África Subsariana. No entanto, as taxas de fecundidade para estes grupos ainda são elevadas se se comparar com as taxas de grupos como OCDE, Não- OCDE e Europa e Ásia Central que apresentam uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição (menos de 2,1 filhos por mulher).

Com o propósito de fazer uma inferência sobre uma possível relação entre escolaridade feminina e a taxa de fecundidade, o gráfico 2 apresenta a porcentagem de mulheres, com 25 anos ou mais, com pelo menos educação secundária.

³ Grupos regionais conforme divisão de países desenvolvidos e em desenvolvimento pelo RDH 2010.

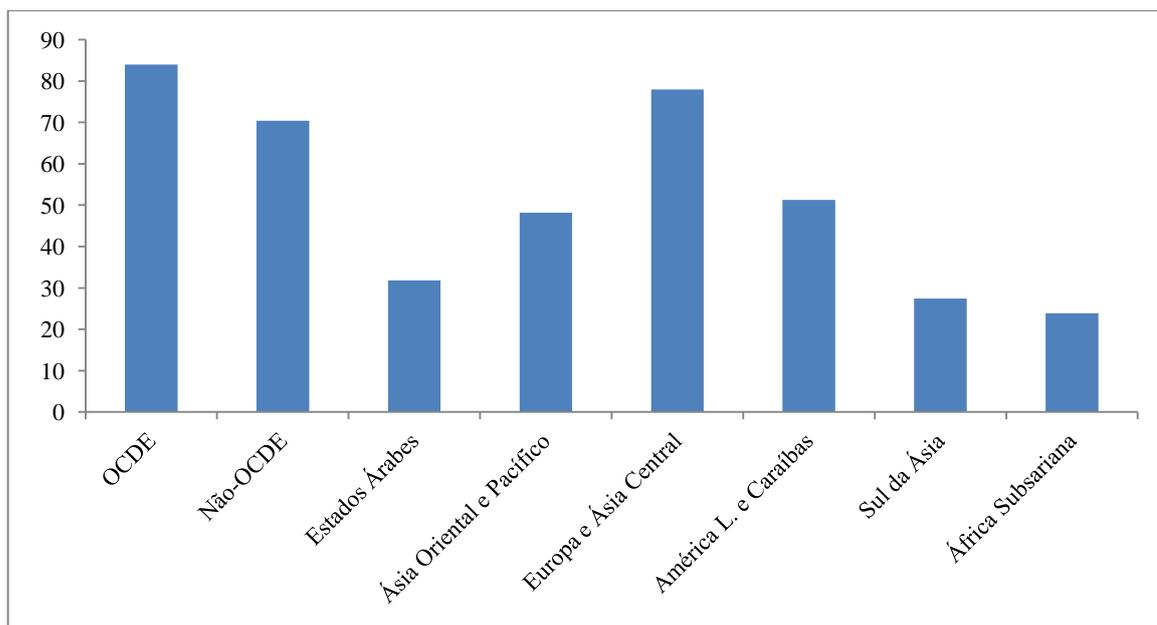


Gráfico 2: Percentagem de mulheres, com 25 anos ou mais, com pelo menos educação secundária, segundo os grandes grupos de países - 2010.

Fonte: Elaboração própria. Dados do PNUD, RDH 2010.

Obs: OCDE e Não-OCDE são os grupos dos países Desenvolvidos e os demais grupos são dos países em desenvolvimento.

Pode-se observar que, de um lado, os Estados Árabes, o Sul da Ásia e a África Subsaariana apresentam as menores percentagens de mulheres com pelo menos educação secundária. Por outro lado, as maiores percentagens foram para OCDE, não – OCDE e Europa e Ásia Central. Dessa forma, fazendo uma relação com os dados do GRAF. 1, podemos constatar que os grupos de países que apresentam maiores percentagens de mulheres com pelo menos educação secundária são os mesmos que apresentam as menores taxas de fecundidade e vice-versa. Isso pode apontar para uma relação entre escolaridade das mulheres e taxa de fecundidade, conforme discussão de Sen.

O desenvolvimento social tanto pode ter uma associação positiva com a redução na taxa de fecundidade como no aumento da expectativa de vida, sendo este outro fator influente no processo de envelhecimento da população.

1.1.2 Mudanças na Expectativa de Vida

No que concerne ao aumento da expectativa de vida, Sen (2000) faz uma análise quanto ao crescimento econômico e investimentos públicos em saúde e educação. Nessa perspectiva, ele recorre a análises estatísticas apresentadas por Anand e Ravallion que constaram que a expectativa de vida tem uma correlação positiva com o PNB per capita, no entanto “essa relação funciona, sobretudo, por meio do impacto do PNB sobre (1) as rendas, especificamente dos pobres, e (2) os gastos públicos em serviços de saúde em especial.” (SEN, 2000, p. 61)

Dessa forma, a relação entre PNB per capita e aumento da expectativa de vida tende a funcionar particularmente por meio de gasto público com serviços de saúde e também por meio de resultados positivos para eliminar a pobreza.

Para exemplificar que o aumento da expectativa de vida não está diretamente relacionado com o crescimento do PNB, mas sim com investimento público na área social, Sen (2000) faz algumas observações comparando as economias do Leste e Sudeste Asiático com países como Brasil, China e Paquistão:

(...) seria um erro deixar de registrar as grandes realizações das economias do Leste e Sudeste Asiático ao longo de várias décadas, que transformaram a vida e a longevidade das pessoas nos países envolvidos. (...) A expansão de oportunidades sociais serviu para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida. O contraste é nítido com outros países – como o Brasil – que apresentaram um crescimento do PNB per capita quase comparável, mas também tem uma longa história de grave desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde. As realizações dessas outras economias de crescimento elevado no que diz respeito à longevidade têm aparecido com lentidão bem maior. (SEN, 2000, p. 62)

O aumento da expectativa de vida está relacionado a melhores condições de vida proporcionadas por serviços de saúde, expansão da educação e outros serviços públicos sociais disponibilizados à população.

De acordo com Ray (1998) nos países desenvolvidos, o declínio na taxa de mortalidade foi relativamente gradual, limitada pelo processo de tentativa e erro da inovação. A melhora na produção de alimentos, criação de métodos de saneamento e uma melhor compreensão e controle de doenças, através de avanços médicos foram construídos a partir de uma base de conhecimento previamente existente, permitindo descobertas ou inventos.

Nos países em desenvolvimento segundo o autor, o declínio da mortalidade foi de repente, pois já existiam antibióticos para combater uma variedade de enfermidades, portanto, não foi preciso redescobri-los. Inseticidas como o DDT eram baratos e permitiu reduzir a malária em proporções controláveis. Começaram a aparecer em toda parte organizações de saúde pública em todos os países em desenvolvimento, alguns financiados por instituições internacionais como a Organização Mundial da Saúde. Por último, mas não menos importante, a divulgação dos métodos elementares de higiene e saneamento. Todos estes desenvolvimentos têm sido fundamentais, porque eles prolongam a vida e melhoram a saúde da população.

O fato de os países desenvolvidos terem sido pioneiros em descobertas que proporcionassem melhores condições de vida para a população permitiu que estes fossem pioneiros na redução da taxa de mortalidade e consequente aumento na expectativa de vida, porém de forma gradual. Já nos países em desenvolvimento essas mudanças (redução da taxa de mortalidade e aumento da expectativa de vida) aconteceram mais rapidamente, porém é mais recente e ainda não alcançaram os níveis dos países desenvolvidos.

O gráfico 3 apresenta a expectativa de vida, segundo os grandes grupos para o ano de 2010.

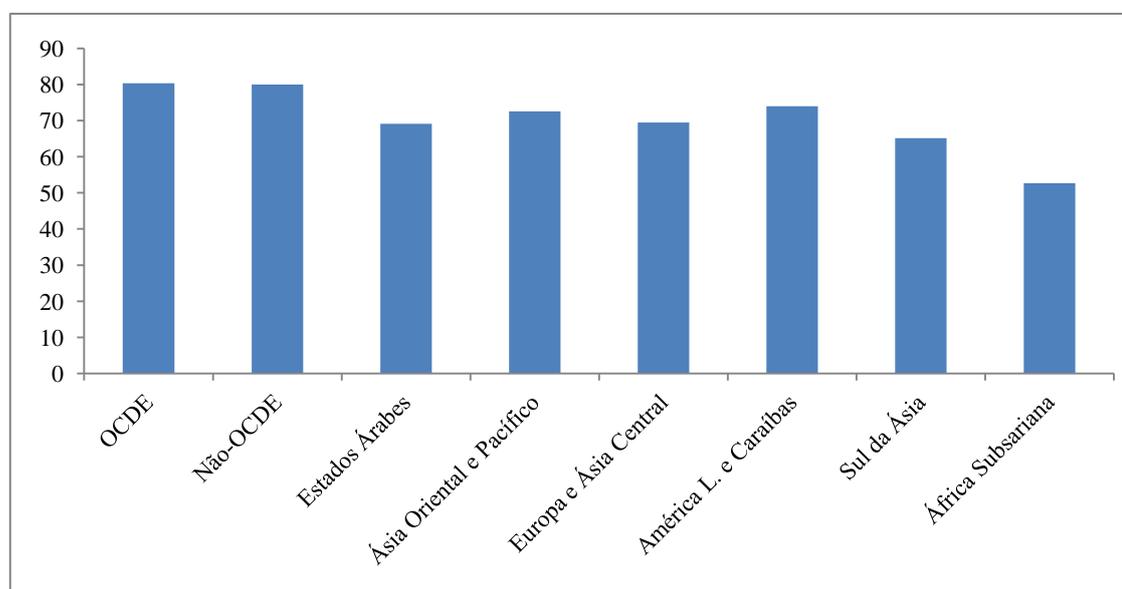


Gráfico 3: Expectativa de vida da população, segundo grandes grupos de países – 2010.

Fonte: Elaboração própria. Dados do PNUD, RDH 2010.

Obs: OCDE e Não-OCDE são os grupos dos países Desenvolvidos e os demais grupos são dos países em desenvolvimento.

No gráfico 3 pode-se observar que a esperança de vida é maior nos grupos dos países desenvolvidos, em torno de 80 anos. O grupo de países com menor esperança de vida é a África Subsariana, aproximadamente 53 anos de vida.

Para fazermos uma analogia aos pontos (influentes na esperança de vida) discutidos por Sen, apresentaremos no gráfico 4 o PIB dos grupos de países, no ano de 2008.

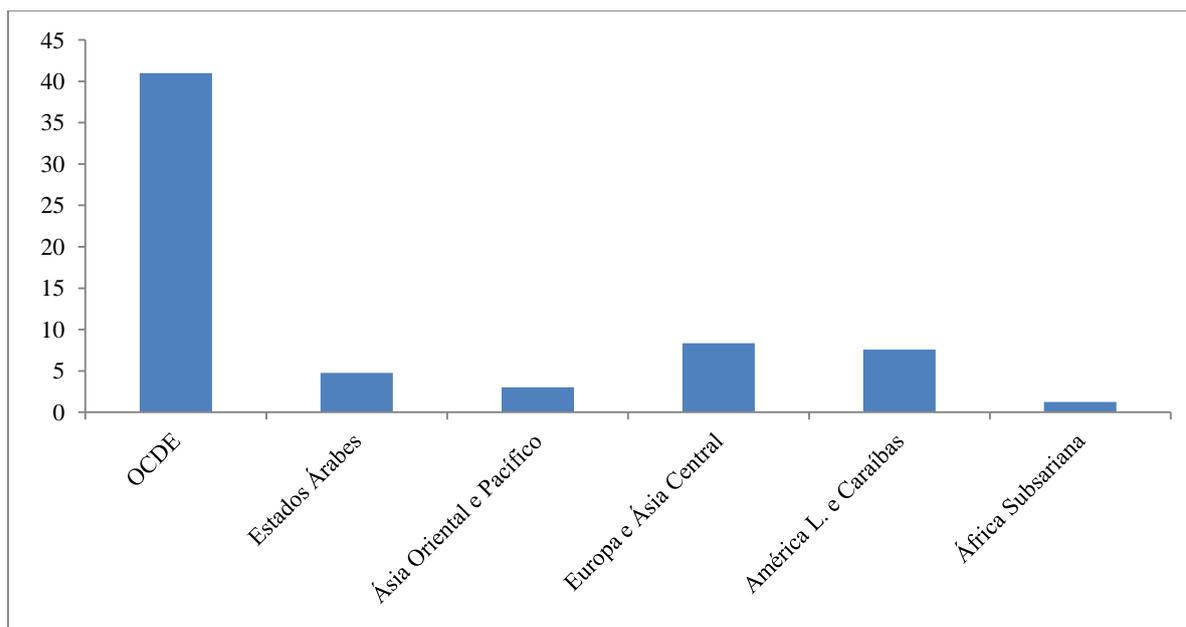


Gráfico 4: PIB per capita segundo grandes grupos de países – 2008.

Fonte: Elaboração própria. Dados do PNUD, RDH 2010.

Obs: OCDE e Não-OCDE são os grupos dos países Desenvolvidos e os demais grupos são dos países em desenvolvimento.

Ao considerarmos os dois extremos, os grupos da OCDE e África Subsariana, observamos que são, respectivamente, o grupo com maior e com menor PIB per capita; havendo uma grande distância entre ambos, sendo que, o mesmo pode ser observado em relação à esperança de vida. No entanto, ao observarmos os demais grupos essa relação não ocorre. Ásia Oriental que, seguido dos países desenvolvidos, é um dos dois grupos com maior esperança de vida apresenta o segundo menor PIB per capita e o grupo da Europa e Ásia Central que, depois dos grupos dos países desenvolvidos, apresenta o maior PIB per capita está entre os menores em esperança de vida.

Apesar da análise apresentada aqui ser muito limitada, é possível observar que o PIB sozinho não é um forte indicador na esperança de vida. A sua distribuição em saúde, educação e outras áreas sociais é que pode ser um influente para uma alta ou baixa esperança

de vida. Além disso, muitos outros fatores estão relacionados a essa diferença na expectativa de vida, como, por exemplo, os hábitos de vida diferentes entre os países.

Um dos resultados dessas transformações observadas tanto na taxa de fecundidade (redução) quanto na expectativa de vida (aumento) é uma mudança na estrutura das pirâmides etárias dos países, de forma que suas bases têm se estreitando e o topo se alargando. Somado a isso tem-se o elevado crescimento populacional em períodos passados resultando em uma proporção significativa de pessoas em idade ativa, nos anos atuais.

1.1.3 O Processo de envelhecimento da população

Um dos reflexos da redução na taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida, é o envelhecimento da população (aumento da proporção de idosos em relação às demais faixas etárias na população), como pode ser observado no gráfico 5.

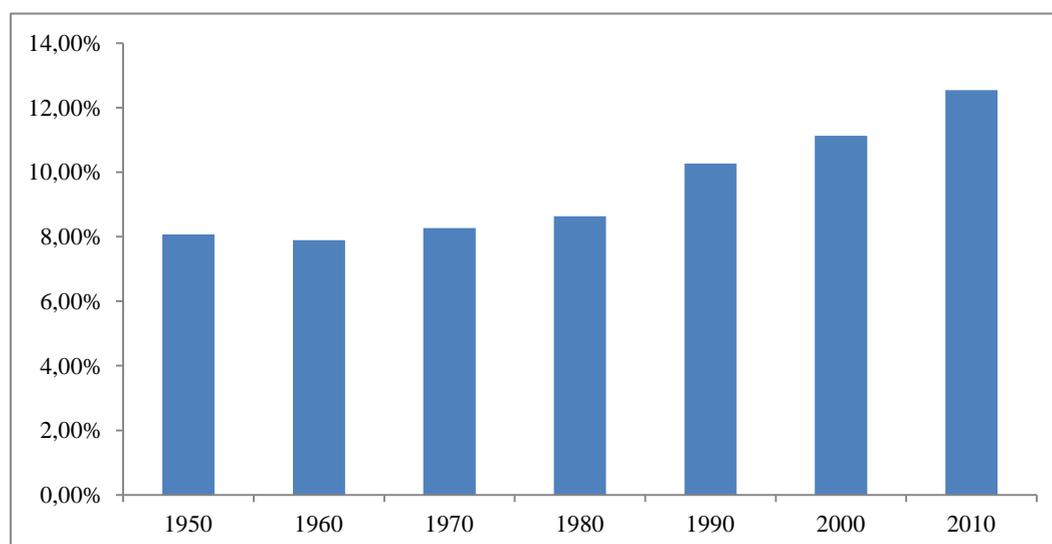


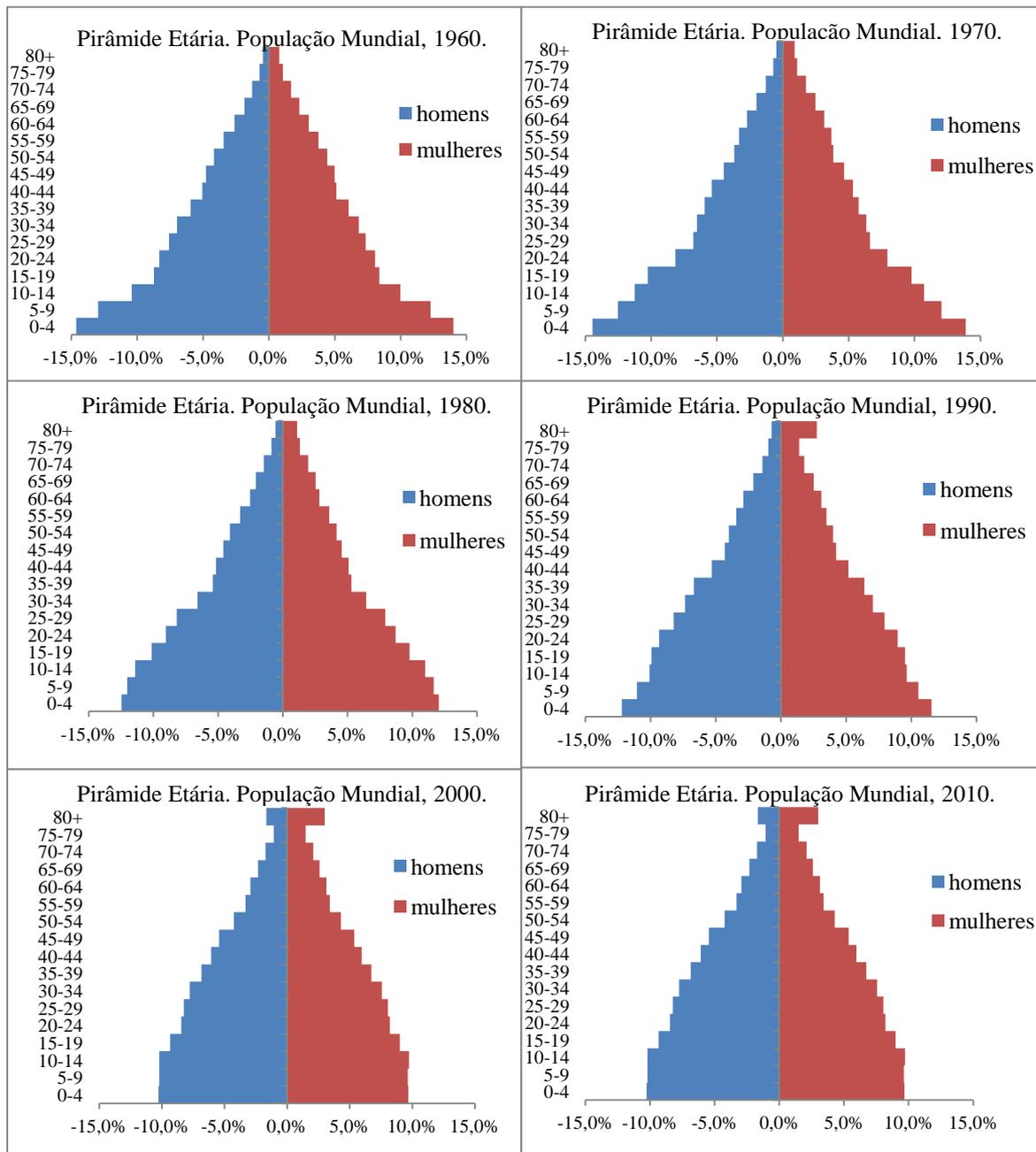
Gráfico 5:
Proporção de idosos em relação à população total, mundial
1950-2010 (%)

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: ONU, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision.

Conforme discutimos anteriormente, melhores condições de saúde e acesso à educação, e outros serviços sociais, proporcionam à população viver mais. O resultado disso (somado à redução na taxa de fecundidade) é o aumento da proporção de idosos no total da

população. O gráfico acima mostra que nas últimas décadas este aumento têm se mostrado expressivo. Nas quatro primeiras décadas (1950, 1960, 1970 e 1980) a proporção de idosos na população total mundial se manteve em torno dos 8%. Já na década de 1990 esta proporção fica em torno dos 10%, chegando a superar os 12% em 2010.

As pirâmides etárias que se seguem mostram o resultado desses fatores na população total, ou seja, o processo de envelhecimento populacional se acentuando à medida que a proporção da população idosa vai aumentando e a população jovem reduzindo na população total.



Pirâmides etárias. População mundial – 1960 a 2010.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: ONU, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision.

As pirâmides mostram a evolução no processo de envelhecimento populacional (população mundial) nas últimas décadas. Entre 1960 e 1970 não há grandes mudanças na forma das pirâmides etárias. Em 1980 já se observa um estreitamento em sua base. A partir de 1990 já pode se observado também um alargamento significativo do topo, sobretudo um aumento na proporção de idosas, devido a uma maior longevidade feminina. Com o passar do tempo essa característica de estreitamento da base e alargamento no topo da pirâmide etária vai se evidenciando mais.

Isso é resultado, como já mencionado, da soma de vários fatores. Entre os quais, melhores condições de saúde acesso à educação. Esta temática (envelhecimento populacional) está envolta em várias questões sociais, econômicas, políticas, culturais que devem ser levadas em conta de acordo com cada região ou país.

No tópico seguinte são feitas algumas observações sobre o processo de envelhecimento populacional no Brasil.

1.2 Envelhecimento Populacional no Brasil

O objetivo deste tópico é apresentar algumas particularidades do processo de envelhecimento populacional no Brasil, abordando alguns pontos que tem sido discutido no país no que refere à redução na taxa de fecundidade e aumento esperança de vida como componentes do processo de envelhecimento populacional.

Iniciaremos com o gráfico 6 que mostra a evolução da taxa de fecundidade no Brasil desde 1960 com projeção até o ano de 2050, segundo dados do IBGE.

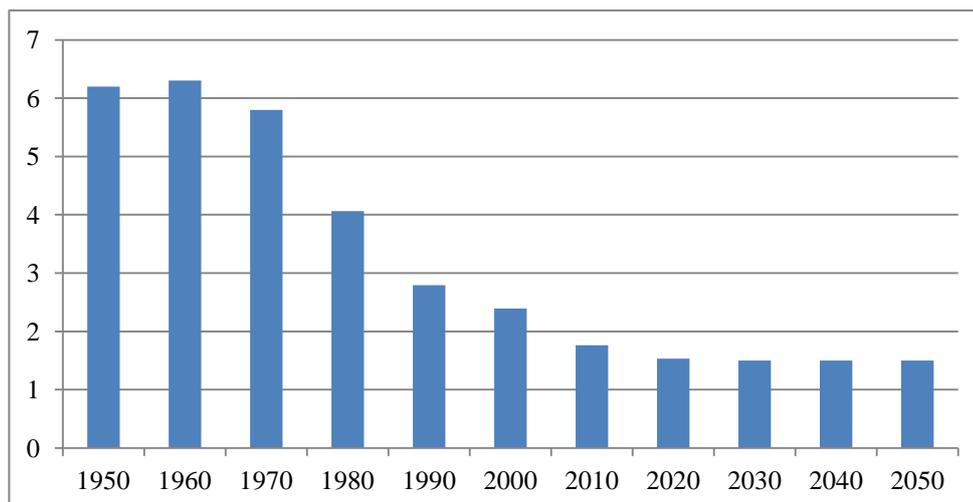


Gráfico 6 : Taxa de fecundidade no Brasil, de 1950 com projeção à 2050.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: IBGE.

O gráfico 6 mostra uma taxa de fecundidade de aproximadamente seis filhos por mulher nas três primeiras décadas apresentadas (1950, 1960 e 1970). Em 1980 há uma redução nessa taxa, chegando próximo a quatro filhos por mulher. Nas décadas seguintes a redução continua, chegando em 2010 a menos de dois filhos por mulher. Na projeção do IBGE em 2020 essa taxa chegará a 1,5 e se manterá nas décadas seguintes.

Dentre vários argumentos quanto a redução significativa na taxa de fecundidade nos anos 80 do século XX, um está relacionado ao processo de urbanização nos anos 70 e 80 (com maior intensidade nos anos 70) reforçando a teoria microeconômica de que mais filhos significa mais custo com menor benefício na passagem da sociedade rural para a urbana, sendo a situação inversa na sociedade rural (em que mais filhos equivale a maior benefício).

Neste mesmo período (década de 70) começa a intensificar a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Podemos nesta perspectiva fazer uma associação entre a condição de agente da mulher e uma redução na taxa de fecundidade conforme discussão de Sen (2000) apresentada anteriormente. À medida que aumenta a condição de agente das mulheres mais estas optam por menos filhos.

Voltando a argumentação de Sen (2000) sobre a condição de agente das mulheres na redução da taxa de fecundidade apresentaremos a tabela 1 com a relação entre anos de estudo das mulheres e taxa de fecundidade para o ano de 2000.

Tabela 1: Taxa de fecundidade total por anos de estudo da mulher, Brasil, 2000.

ANOS DE ESTUDO	TFT
sem instrução	4,1
1 a 3 anos	3,6
4 a 7 anos	2,9
8 anos	2,4
8 a 11 anos	1,6
12 ou mais	1,1
Total	2,4

Fonte: BERQUÓ E CAVENAGHI, 2004. Apud RIOS-NETO 2005.

Como mostra a TAB 1, conforme aumenta os anos de estudo das mulheres no Brasil diminui a taxa de fecundidade. Para mulheres sem instrução a taxa de fecundidade é de 4,1 filhos, enquanto que para mulheres com maior nível de instrução (12 anos ou mais) essa taxa cai a em torno de um filho por mulher.

Tem-se observado nos últimos anos que o ganho de maior escolaridade por parte das mulheres tem possibilitado às mesmas maiores oportunidades de emprego (melhores cargos) e maiores salários aumentando o custo de oportunidade de se ter filhos. Neste sentido Dias (2008) observa, em uma análise sobre mercado de trabalho e comportamento reprodutivo da mulher brasileira, que entre grupos ocupacionais mais qualificados e que exigem mais anos de estudo as mulheres adiam a maternidade ou/e optam por menos filhos.

Outro ponto no processo de envelhecimento que abordamos neste trabalho é a esperança de vida da população, sendo este o assunto sobre o qual discorreremos brevemente a nível nacional.

A tabela 2 apresenta a esperança de vida ao nascer da população brasileira desde 1960 com uma projeção até 2050, segundo dados do IBGE.

Tabela 2: Esperança de vida ao nascer, por sexo, Brasil – 1960 a 2050.

	Homens	Mulheres	População Total
1960	-	-	53,70
1970	-	-	59,90
1980	59,62	65,69	62,60
1990	62,84	70,44	66,57
2000	66,71	74,29	70,43
2010	69,68	77,26	73,40
2020	72,47	79,80	76,06
2030	74,80	81,80	78,23
2040	76,68	83,35	79,95
2050	78,16	84,54	81,29

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: IBGE.

Como se observa (TAB. 2) de 1960 a 2010 a esperança de vida da população passou de 53,70 para 73,40 anos, um aumento de quase 20 anos num período de 50 anos. De acordo com a projeção do IBGE, até 2050 a esperança de vida da população brasileira poderá chegar a 81,29 anos, um aumento de quase 8 anos desde 2010.

A queda na mortalidade (com conseqüente aumento de esperança de vida) está associada à mudanças relacionadas ao desenvolvimento social e econômico, como por exemplo, aumento da cobertura dos serviços básicos de saúde e aumento na distribuição da renda nacional, além de, nessas primeiras décadas, o combate às grandes epidemias.

A tabela mostra um diferencial significativo entre homens e mulheres na esperança de vida. Desde 1980 até 2010 se observa um aumento nessa diferença que era de aproximadamente seis anos passando para 7,58 anos. Segundo Rios-Neto (2005), essa diferença está relacionada a causas externas como homicídios acidentados de trânsito, etc. que é prevaiente sobre homens, principalmente na faixa etária entre 20 e 29 anos. A retirada das causas externas acarretaria um aumento de dois anos e meios na esperança de vida dos homens e apenas meio ano na das mulheres.

O gráfico 7 traz a proporção de idosos na população total desde 1980 até 2050 (projeção), segundo dados do IBGE, ilustrando o resultado dos pontos apresentados anteriormente, sendo eles o aumento na taxa de fecundidade e redução da mortalidade (com aumento da esperança de vida). Lembrando que a questão do envelhecimento populacional é muito mais ampla que o que está sendo apresentado brevemente aqui.

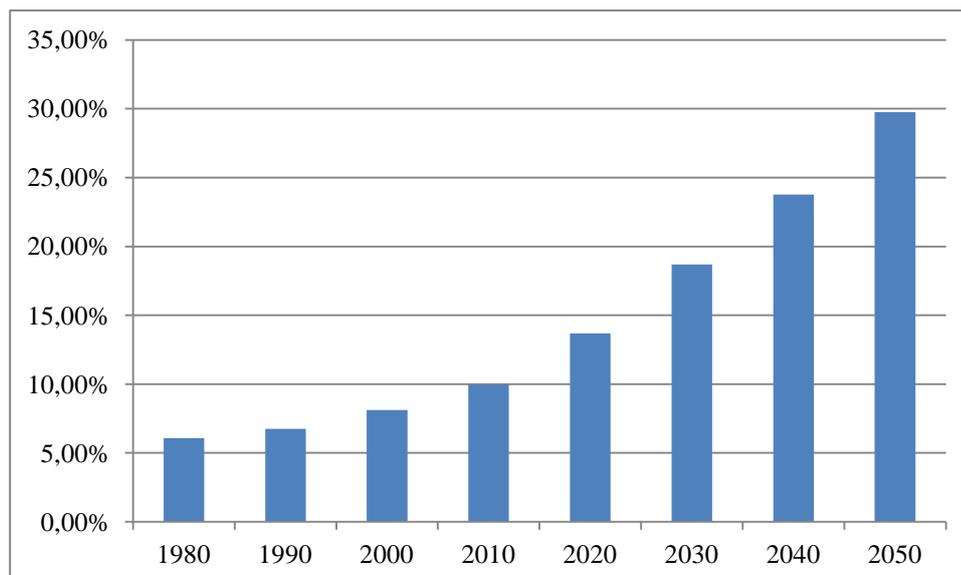
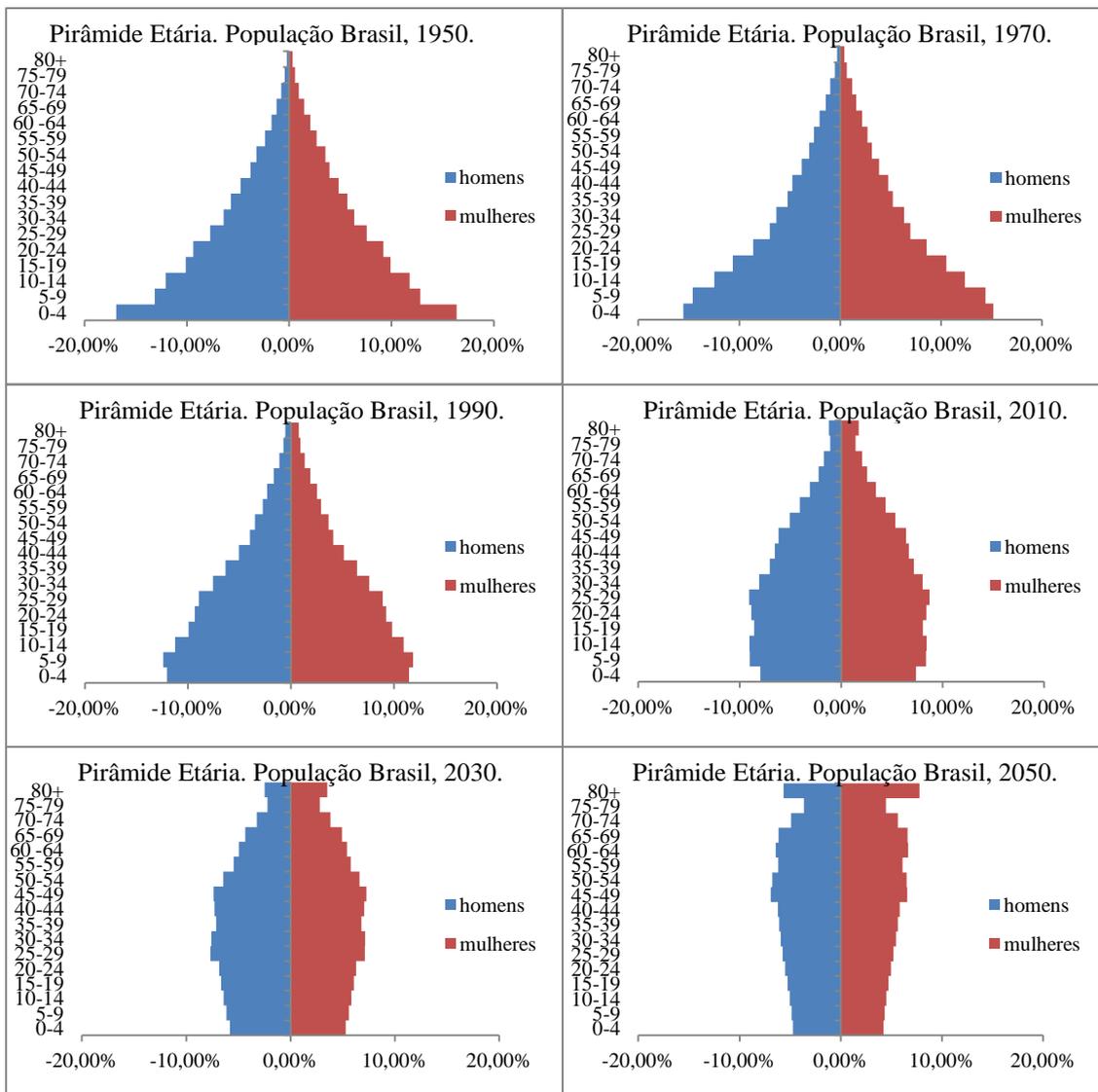


Gráfico 7: proporção de idosos na população total. Brasil -1980 com projeção até 2050.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: IBGE.

O gráfico 7 mostra o constante e grande aumento na proporção de idosos, no país, ao longo das décadas. Em 1980 a proporção de idosos era em torno de 6% atingindo 10% em 2010. O aumento entre os períodos será ainda mais expressivo a partir da década de 2020, na qual a proporção de idosos estará em torno dos 13% e chegará, em 2050, próximo dos 30% da população total, ou seja, quase um terço da população brasileira será de idosos.

A seguir, estão as pirâmides etárias da população brasileira desde 1950 com uma projeção até 2050. As pirâmides mostram a evolução da população a cada 20 anos.



Pirâmides etárias. População do Brasil – 1950 com projeção 2050.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: ONU, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision.

As pirâmides etárias mostram a evolução da população brasileira em um século (desde 1950 com projeção a 2050) e podemos observar uma grande mudança ao longo do período no formato das mesmas. Em 1970 a estrutura da pirâmide etária praticamente se manteve em relação a 1950, de forma que se pode observar, em ambas, uma base (faixa etária de 0 a 4 anos) bem larga e à medida que aumenta os grupos de idade se observa uma redução da população em cada grupo de idade. Em 1990 pode-se observar um estreitamento da base, ou seja, a faixa etária de 0 a 4 anos já não é mais o grupo populacional com maior contingente. Em 2010 observa-se um estreitamento bem significativo da base e um alargamento do topo da pirâmide etária. Na projeção para 2050 o que se observa é uma

mudança brusca no formato da figura, com um aumento expressivo do contingente populacional nos grupos de idade maiores, principalmente da população 80 anos ou mais e quanto menor a faixa etária, mais reduzido é o contingente populacional. Como já comentado anteriormente isso é reflexo de uma população que tem vivido mais somado á redução do número de filhos por mulher.

O processo de envelhecimento populacional, que caminha a passos largos, não é uma questão apenas demográfica. Com a população vivendo mais e com o aumento da população idosa há uma necessidade de que esse tema ganhe uma maior dimensão no campo das políticas públicas. No tópico seguinte faremos uma abordagem de política pública referente ao envelhecimento da população.

1.3. Envelhecimento Populacional e Política Pública

1.3.1 Alguns Conceitos Relacionados à Política Pública

Antes de discutirmos alguns pontos referentes ao envelhecimento populacional e às políticas públicas apresentaremos alguns conceitos que serão importantes ao longo deste tópico.

Iniciaremos com o conceito de política pública que, de acordo com Mead (1995), é um campo voltado para a análise do governo, que envolve as questões públicas, dentro do estudo da política. Enquanto que a definição de Linn (1980) está relacionada às ações do governo e seus efeitos. Neste mesmo caminho, Peters (1986), define política pública como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos” (SOUZA, 2006). Ainda, conforme Dye (1984), política pública pode ser aquilo que o governo escolhe ou não fazer. Para Souza (2006), “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006).

Souza (2006) resume a política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável

independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 07).

Assim, as políticas públicas, como estabelece Souza (2006), segue um curso: “após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.” (SOUZA, 2006, p. 07)

As políticas públicas são, muitas vezes, analisadas conforme suas categorias, como é o caso da política social que apesar de não haver um consenso a respeito de seu conceito, é considerada como uma modalidade das políticas públicas.

Viana e Levcovitz (2005) trazem a seguinte definição de política social:

A política social consiste em uma atribuição, definida politicamente, de direitos e deveres legais dos cidadãos. Estes direitos consistem na transferência de dinheiro e serviços com objetivo de compensar condições de necessidade e risco para o cidadão que goza de tal direito, e que não consegue acesso a esses mesmos bens com seus próprios recursos e/ou dotes individuais (OFFE apud VIANA E LEVCOVITZ., 2005, p. 19)

As definições relacionadas à política social surgem em meio aos debates associados às condições de pobreza, ainda na nascente sociedade industrial. A partir daí surge disciplinas com o intuito de possibilitar melhores decisões no enfrentamento dos problemas sociais.

Como neste trabalho abordaremos políticas públicas relacionadas ao envelhecimento ou, à população idosa, mais duas definições se fazem importante, a de previdência social e assistência social (já que previdência estaria relacionada à perda da capacidade laboral e de certa forma inclui-se aí a velhice).

Previdência social se distingue da assistência social pelo seu caráter compulsório na contribuição por parte dos trabalhadores, lhes garantindo uma renda no futuro. Como definem Bertussi e Tejada (2003) os benefícios previdenciários

“destinam-se a pagamentos dos segurados e seus dependentes quando da perda da capacidade laboral do trabalhador, havendo a compulsoriedade da contribuição, ao passo que os benefícios assistenciais são desvinculados de qualquer tipo de contribuição, sendo destinados a atender indivíduos carentes.” (BERTUSSI E TEJADA, 2003, p.29)

Em se tratando da população idosa, a previdência, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, em resumo garante, na velhice, a aposentadoria pela contribuição

compulsória enquanto em idade ativa e a seguridade garante proteção e amparo ao idoso que não possui meios de prover sua própria manutenção.

O papel do Estado na prestação de apoio para os idosos consiste tanto em assegurar o acesso a políticas de manutenção da renda quando da perda de capacidade laboral, ao sistema de seguridade social, quanto em assegurar o tratamento preferencial para os indivíduos que apresentem diminuição de atividades cotidianas (CAMARANO E PASINATO, 2003, p. 127)

Feito algumas considerações conceituais, faremos adiante uma breve abordagem das políticas sociais, no Brasil, direcionadas à população idosa.

1.3.2 Envelhecimento e Políticas Públicas para os Idosos

Na década de 1970 os programas sociais que tinham por objetivo o enfrentamento do processo de envelhecimento populacional começaram a ganhar força nos países desenvolvidos. Esses programas sociais tinham por objetivo manter o papel social dos idosos e prevenir sua perda de autonomia. Nesses países esse processo ocorreu num cenário favorável à expansão dos sistemas de seguridade social, por isso a manutenção da renda do idoso foi de certa forma facilmente assegurada. No entanto, em países como o Brasil, o envelhecimento da população soma-se a outras questões sociais como a pobreza, altos níveis de desigualdade, dentre outras. (Camarano e Pasinato, 2004)

Em 1982 aconteceu em Viena a primeira Assembléia Mundial sobre o envelhecimento populacional que teve como resultado a aprovação de um plano global de ação. Esse plano de ação foi estruturado em 66 recomendações referentes a sete áreas, sendo: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social, trabalho e educação. Segundo Camarano e Pasinato (2004) a ONU – Organização das Nações Unidas – tratava da maioria desses temas, mas sempre com um cunho econômico de forma que não era expressa a preocupação com as implicações sociais do processo.

As recomendações do plano eram especialmente direcionadas aos idosos dos países desenvolvidos e a concepção de idoso era traçada como a de indivíduo independente financeiramente, desta forma suas necessidades agregavam valor à economia permitindo o surgimento de um novo nicho de mercado. No entanto, o plano também tinha, uma visão

voltada para a solução do processo de envelhecimento populacional (Camarano e Pasinato, 2004).

A partir desse plano, direcionado principalmente aos países desenvolvidos, países em desenvolvimento passaram também a incorporar questões do envelhecimento em suas políticas públicas. Como lembra Camarano e Pasinato (2004), “governos da América Latina modificaram suas constituições em graus diferenciados, criando leis que favoreciam a população idosa. Citam: Venezuela (1999), Equador (1998), Brasil (1988), Bolívia (1994) e Peru (1993). Esses países fizeram um avanço importante no sentido de políticas e programas especiais voltados às pessoas idosas”. (Camarano e Pasinato, 2004).

1.3.3 Políticas Públicas para os Idosos no Brasil

Conforme ressaltam Camarano e Pasinato (2003), “a cobertura e efetividade dos sistemas de seguridade social são responsáveis por prover, pelo menos teoricamente, as condições de vida mínima na idade avançada.” Dentro do que propomos neste trabalho, relacionado às políticas públicas voltadas para os idosos no Brasil, iniciaremos fazendo um breve levantando histórico do sistema de aposentadoria no país.

O sistema de proteção previdenciária teve início no Brasil ainda na década de 1920, com a criação das caixas de aposentadoria e pensão (CAPs) da Lei Eloi Chaves, assegurando a inatividade dos ferroviários. A partir daí ocorreu a criação de diversas CAPs nos anos seguintes, chegando em 1937, ao número de 183 instaladas no país.

Na década de 1930 surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) com a função de gerir o sistema, mas com uma certa heterogeneidade entre as contribuições, pois havia uma grande diversidade de categorias profissionais e de suas remunerações. A uniformidade das contribuições se deu a partir de 1960 com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social, que também estendeu os planos de previdência aos empregadores e autônomos em geral, se consolidando com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social em 1966. (BERTUSSI E TEJADA, 2003)

Em 1971 o sistema se estendeu aos trabalhadores rurais com a Lei Complementar nº 11 e implementado a partir de 1972 com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/Funrural),

oferecendo benefícios de aposentadoria por idade aos 65 anos, limitados ao “cabeça” do casal (ao homem) e tendo meio salário mínimo como teto. (DELGADO E CARDOSO, 1999)

A universalização previdenciária só ocorreu a partir da Constituição de 1988, com alcance à população rural e à urbana mais vulnerável. Dentre as alterações na previdência social (que se intensificaram na década de 1990), com vista a atender de forma mais ampla a população idosa ainda carente da proteção social, está a redução de idade para aposentadoria dos trabalhadores rurais, de 65 para 60 anos para os homens e a concessão da aposentadoria por idade à trabalhadora rural aos 55 anos de idade. Para a clientela urbana, patamares cinco anos superiores à faixa etária estabelecida para a rural.

Alguns estudos tem discutido a política da ampliação dos benefícios, apontando para uma pressão sobre o sistema previdenciário, trazendo em questão o financiamento do sistema. Este assunto é levantado por Bertussi e Tejada (2003, p. 18):

Concretizada a reforma previdenciária no final da década de 1990, que buscou sanear o quadro instaurado com a Constituição de 88, a qual garantiu inúmeros benefícios, mas não os meios para financiá-los, cabe agora equacionar e administrar a questão previdenciária, reavaliando-se os regimes públicos implantados para que, dentro da capacidade financeira de cada unidade de governo, possa-se identificar a melhor forma de financiar o elevado déficit previdenciário instaurado atualmente (BERTUSSI e TEJADA, 2003, p. 18).

A questão da pressão sobre a previdência é mais um tema que vem ganhando amplitude no contexto do envelhecimento populacional, no entanto não nos incumbiremos, neste trabalho, de aprofundar neste tema. Mas é importante lembrar que o tema, envelhecimento populacional, abarca várias discussões de interesse não só demográfico, mas político, social e econômico.

No Brasil, conforme Camarano e Pasinato (2004), em se tratando de políticas de proteção social aos idosos, o grande avanço se deu com a Constituição de 1988, que considerou orientações da Assembléia de Viena. A rede de proteção social deixou de ser vinculada apenas ao contexto social-trabalhista e assistencialista, adquirindo uma conotação de direito de cidadania. Os princípios básicos estabelecidos pelo texto legal eram: universalização, benefícios urbanos e rurais equivalentes, seletividade na concessão, valor das prestações previdenciárias irredutíveis, benefício mínimo fixado em um salário mínimo, equanimidade no custeio e base de financiamento diversificada, descentralização e participação na gestão da comunidade, de trabalhadores, empregadores e aposentados (artigo 194 da Constituição).

A partir daí, e com o constante crescimento da população idosa que vive cada vez mais, políticas têm sido implementadas com intuito de garantir os direitos dos idosos. A responsabilidade por garantir os direitos, a participação e o bem-estar dos idosos não se restringe ao Estado, mas à família e à toda a sociedade. Um exemplo é a Política Nacional do Idoso - PNI – aprovada em 1994, que, com o objetivo de assegurar os direitos sociais dos idosos, consistia num conjunto de ações governamentais.

As principais diretrizes da PNI são voltadas para o incentivo e viabilização de formas alternativas de cooperação intergeracional; prioridade no atendimento aos idosos em condições de vulnerabilidade pelas próprias famílias em detrimento do atendimento asilar; atuação junto às organizações da sociedade civil de interesses dos idosos visando formular, implementar e avaliar as políticas, planos e projetos; prioridade ao atendimento do idoso em órgãos prestadores de serviços; promover a capacitação e reciclagem, nas áreas de geriatria e gerontologia, dos recursos humanos e; fomentar a discussão e o desenvolvimento de estudos relacionados à questão do envelhecimento. (Camarano e Pasinato, 2004)

Além disso, em 2003 foi sancionado o Estatuto do Idoso Brasileiro depois de sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Este incorpora novos elementos e enfoques estabelecendo medidas com objetivos de proporcionar o bem-estar dos idosos. Em relação à PNI há alguns avanços relacionados à previsão de estabelecimento de crimes e sanções administrativas referentes ao não cumprimento dos ditames legais.

Como ressalta Camarano et. al. (2004):

O grupo populacional idoso é, em geral, considerado um grupo vulnerável, alvo, portanto, de políticas públicas específicas. Isso se deve ao fato de se reconhecer que ele não participa do processo produtivo e, conseqüentemente, não tem renda e apresenta incapacidades físicas e mentais causadas pela idade, ou seja, acredita-se que é um grupo que tem a sua autonomia comprometida pela falta de renda e/ou de saúde. Esses são dois determinantes importantes das condições de vida da população idosa e da organização dos arranjos familiares e que podem ser muito afetados pelas políticas sociais. (CAMARANO et.al., 2004 p. 139)

De acordo com os autores, a renda e a saúde dos idosos são fatores que determinam a organização dos arranjos domiciliares. Assim, o arranjo domiciliar do idoso e algumas considerações referentes a alguns de seus determinantes serão o assunto do próximo capítulo.

2. APONTAMENTOS REFERENTES A ARRANJO DOMICILIAR

2.1. Arranjo Domiciliar: Algumas Características e Mudanças

Iniciaremos este capítulo com a definição de família que, como lembra Bruschini (1989), é algo bastante complexo nas diferentes disciplinas em que é tratada. Esse conceito varia em complexidade e objetivos de acordo com o contexto em que está sendo analisado.

Em se tratando de estudos jurídicos e antropológicos normalmente se entende por família grupos de parentes (não só consangüíneos, como filhos não biológicos e cônjuge) que mantem um relacionamento com certa regularidade e intensidade, não se limitando, portanto, às fronteiras do domicílio. No entanto, recentemente a sociologia já tem abordado esse tema concentrando-se nos parentes que habitam num mesmo domicílio. Já na Economia, em estudos sobre reprodução da força de trabalho, consumo e renda, e na Demografia em pesquisas sobre organização familiar e comportamento reprodutivo, a tendência é de utilizar a idéia de família como um grupo doméstico, ou, também conhecido como arranjo domiciliar. (Bruschini, 1989; Salem, 1985 apud Medeiros e Osório, 2000).

Segundo o IBGE o tipo de família que compõe o arranjo domiciliar vai depender da relação dos membros com o responsável pelo domicílio e a definição de família, conforme o Instituto é:

O conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que morassem no mesmo domicílio. Entende-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação ao chefe da família. Entende-se por norma de convivência o cumprimento de regras estabelecidas para convivência de pessoas que residem no mesmo domicílio e não estão ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica (IBGE, 2000).

Além disso, considera-se também, como família, a pessoa que mora sozinha e “o conjunto de, no máximo, 5 pessoas que morem em um Domicílio Particular, embora não estejam ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica.”

O critério de limitar a família ao domicílio também é o utilizado pelo IBGE e conforme observa Medeiros:

O IBGE utiliza os termos domicílio e unidade domiciliar para se referir tanto à estrutura física da residência (local de habitação), quanto ao grupo de pessoas que residem em seu interior. Por ser uma organização de pessoas limitada ao

espaço do domicílio, esse grupo constitui o que parte da literatura denomina arranjo domiciliar. O termo arranjo domiciliar é usado para referências às associações de pessoas na residência porque, dentre outros aspectos, permite diferenciar a estrutura física (prédio do domicílio) da organização social (grupo de moradores) em seu interior. O termo domicílio, porém, é comumente utilizado como sinônimo de arranjo domiciliar e é amplamente reconhecido na literatura brasileira (MEDEIROS et. al., 2002, p. 05)

Dessa forma, arranjo domiciliar, neste caso, é definido de acordo com o tipo de família, ou grupo de pessoas, que convive num mesmo domicílio e esta definição vai depender da relação dos membros com o chefe de família.

Como lembram Medeiros e Osório (2000) este arranjo domiciliar vem sofrendo transformações ao longo do tempo e vários são os fatores que levam a essas mudanças. Segundo os autores “mudanças nos padrões de reprodução, mortalidade e união estão afetando diretamente a composição dos arranjos domiciliares. As proporções de pessoas na condição de filho vêm diminuindo, enquanto as demais aumentam”.

Uma mudança importante, que os autores observam se refere ao tamanho da família (famílias menores). Segundo Medeiros e Osório isso pode estar relacionado à redução de “pessoas vivendo como filhos”, que pode ser justificada pela redução na taxa de fecundidade e também mudanças nos padrões dos arranjos que levam os filhos a constituírem novos arranjos.

Medeiros e Osório (2000) destacam a importância das mudanças ocorridas na composição dos arranjos domiciliares sobre os ganhos referentes a tempo e dinheiro à medida que há uma transferência de tarefas entre os moradores. Esses benefícios podem também influenciar na participação no mercado de trabalho e no desempenho escolar dos membros domiciliares.

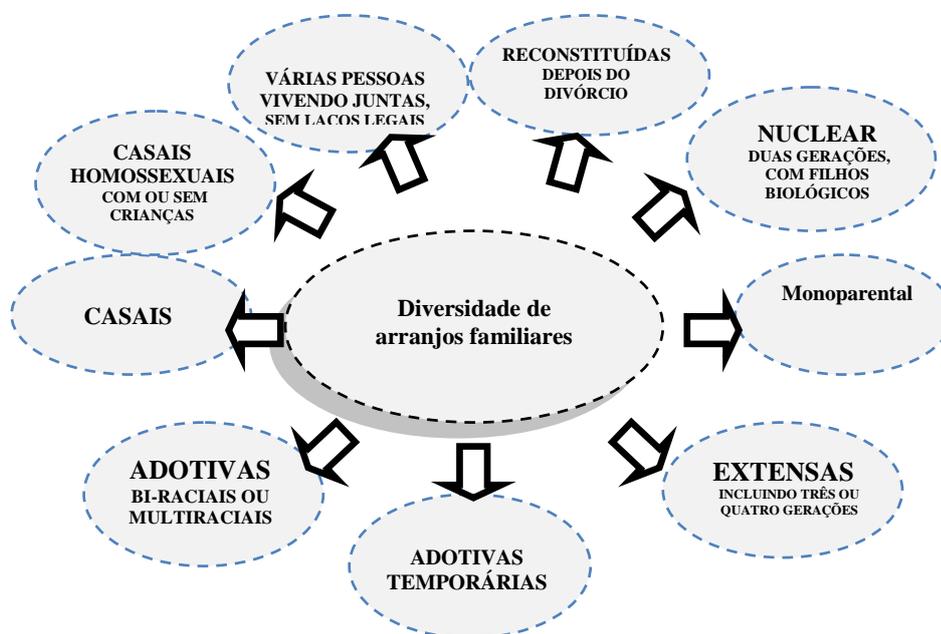
De acordo com Cigno (1991) as economias (e deseconomias) de escala também exercem influência no tamanho do domicílio. Assim, mais indivíduos em um mesmo domicílio têm uma produtividade mais elevada do que se estivessem em domicílios separados, sendo, portanto, mais eficiente uma família nuclear do que uma família unipessoal. Da mesma forma, uma família estendida é mais eficiente do que uma família menor. (PAULO, 2008)

Por isso, segundo Paulo (2008, p.07), “(...) em um domicílio com família estendida, pode ser possível que os avós aposentados substituam os pais em idade de trabalho no cuidado das crianças.”

Como lembra Fernandes (2001), citado por Martins (s.d), o parentesco também influi sobre a organização das famílias modernas estabelecendo relações de ajuda mútua, trocas de bens e afetos.

De acordo com Durham (1982), a formação da família, no que se refere ao Brasil, foi fundamentada no sistema conjugal como núcleo estrutural da família, de forma que o sistema de parentesco mantido segue padrões portugueses e europeus. Além disso, o tipo de arranjo domiciliar familiar é o que prevalece no país, e a maior parte dos membros possui algum parentesco com o chefe do domicílio.

No entanto, uma diversidade de arranjos domiciliares tem sido evidenciada:



Fonte: Elaboração de Pereira, Leni. (2011) com base nos estudos de Szymanski (2002; 2003).

Analisando o arranjo domiciliar no período de 1978 a 1998, Medeiros e Osório (2000), chamam a atenção para o afastamento de arranjos domiciliares constituídos por casais (padrão), pois se tem observado um aumento da diferença em termos proporcionais de pessoas nas posições de chefe e cônjuge. Os autores relacionam tal mudança ao aumento das dissoluções de união e ao crescimento dos arranjos unipessoais.

Como se observa são vários os fatores que caracterizam e que vem determinando as mudanças nos arranjos domiciliares. O envelhecimento populacional também é um deles, pois, além da redução no número de filhos (na taxa de fecundidade), o número de idosos tem aumentado, as pessoas têm vivido mais, isso também reflete no arranjo domiciliar e na relação de seus membros.

No tópico seguinte abordaremos alguns pontos relacionados, especificamente, ao arranjo domiciliar do idoso.

2.2. Algumas hipóteses para a determinação do arranjo domiciliar dos idosos

De acordo com Camarano et. al. (2004) arranjos domiciliares têm sido uma forma de apoio intergeracionais importante e crescente como estratégia de sobrevivência. A co-residência é uma dessas estratégias e “variações na renda dos pais e dos filhos desempenham um papel importante na co-residência”. (CAMARANO et. al., 2004).

Existem algumas hipóteses referentes a apoio intergeracionais que vão, de certa maneira, definir arranjos domiciliares das pessoas de idade mais avançada neste caso (aqui discutido).

De acordo com Saad (2004) “diversas hipóteses têm sido elaboradas com relação às motivações que levam ao intercâmbio de apoio informal entre gerações dentro da família”. Uma das hipóteses apresentadas por Lillard e Willis (1997) é a da “seguro de velhice”, em que em países menos desenvolvidos com constante instabilidade econômica, falta de políticas voltadas para a população em idade avançada e direitos nem sempre respeitados, os filhos acabam representando uma chance de seguro, para os pais, na velhice. Porém, de acordo com essa hipótese, à medida que os idosos passem de forma crescente a contar com métodos de transferências fundamentados no mercado ou no setor público, ocorre uma redução na taxa de fecundidade (SAAD,2004)

Em outra Hipótese, chamada pelos autores de “compensação parental”, “os pais financiam investimentos de capital humano em seus filhos, através de uma combinação de doações e empréstimos, e estes, em compensação, retribuem oferecendo ajuda a seus pais quando estes atingem idades mais elevadas” (LILLARD e WILLIS (1997) apud SAAD, 2004)

Uma hipótese proposta por Becker é a do “altruísmo”, que, segundo ele, explica muito do comportamento familiar. De acordo com essa teoria, quanto mais altruísta o chefe de do domicílio, maiores serão os investimento na educação dos filhos sem a exigência de compensações futuras.

A teoria do “intercâmbio social” é tida como um marco conceitual e tem sido bastante utilizada em trabalhos recentes. Nesta teoria a base das transferências intrafamiliar é

a troca, de modo que o que é ressaltado, nesse caso, é “a reciprocidade nas relações de ajuda envolvendo os idosos e seus familiares (LEE (1985) e ANTONUCCI (1990) apud SAAD, 2004).

De acordo com Saad (2004):

(...)no Brasil, assim como na América Latina em geral, o intercâmbio de ajuda entre pais e filhos tende a se estender ao longo de todo o ciclo de vida familiar, como se existisse uma espécie de contrato intergeracional estipulando o papel dos diferentes membros da família em cada estágio do ciclo. Normas tradicionais, tanto internalizadas culturalmente quanto impostas por intermédio de pressões sociais, parecem reforçar essa situação, atuando como força motivadora do intenso fluxo de apoio entre as diferentes gerações. (SAAD, 2004 p. 173)

Cuidados com os idosos, por exemplo, recaem mais sobre as famílias em determinados países que há um enxugamento do papel do Estado. Isso resulta, em parte, em arranjos domiciliares de co-residência, sendo uma forma importante de transferência de apoio intergeracionais (CAMARANO et. al., 2004)

No tópico seguinte, apresentaremos algumas discussões em torno do arranjo domiciliar dos idosos.

2.3. O Idoso e o Arranjo Domiciliar

De acordo com Paulo (2008, p.10), o arranjo domiciliar do idoso vai depender do tipo do sistema familiar:

Com relação aos arranjos dos idosos, no sistema familiar conjugal haverá maior possibilidade dos idosos residirem apenas com o cônjuge ou sozinhos. Nos outros sistemas, no entanto, haverá uma maior relação entre os pais e os filhos, produzindo arranjos nos quais os pais, na velhice, morem com os filhos. (PAULO, 2008, p.10).

Uma das tendências para os arranjos domiciliares de idosos, segundo Camarano e Ghaouri (2002, p.01), é o de famílias unipessoais e este tipo de arranjo pode ser explicado pelo estado conjugal. As autoras argumentam que “(...) além da viuvez, pode-se esperar que o crescimento dos divórcios e da proporção de pessoas que nunca se casaram contribuíssem para a tendência mencionada”. Mas essa tendência não tem sido comprovada por evidências empíricas.

A maior parte dos domicílios de idosos é do tipo de co-residência, uma vez que, como observado por Camarano e Ghaouri (2002, p. 04), na maioria deles encontra-se filhos residindo. Uma das justificativas para esse tipo de arranjo, como já mencionado anteriormente, é a colaboração entre os membros incluindo a renda como um dos fatores importantes para a co-residência. Além disso:

os idosos estão vivendo mais e os jovens estão adiando a idade em que saem da casa dos pais. O período em que os filhos passam como economicamente dependentes de seus pais tem crescido, devido à instabilidade do mercado de trabalho, ao maior tempo despendido na escola e à maior instabilidade das relações afetivas (CAMARANO e GHAOURI, 2002, p.02).

Segundo Camargos et al. (2007, p.39), os determinantes demográficos, sócio-econômicos e de saúde são os determinantes principais do arranjo domiciliar dos idosos. De acordo com os autores:

O efeito acumulado de eventos socioeconômicos e demográficos e também de saúde, ocorridos em etapas anteriores do ciclo de vida, reflete a situação familiar dos idosos. O tamanho da prole, a mortalidade diferencial, o celibato, a viuvez, as separações, os recasamentos e as migrações vão conformando, ao longo do tempo, tipos distintos de arranjos familiares ou domésticos, que, com o avanço da idade, adquirem características específicas, podendo colocar o idoso, do ponto de vista emocional e material, em situação de segurança ou vulnerabilidade (CAMARGOS et al., 2007, p.39).

Eles ressaltam também a importância dos avanços tecnológicos na determinação do arranjo do idoso.

Alguns estudos têm apontado para o diferencial de gênero no que tange aos arranjos familiares dos idosos. Para os homens a tipologia que predomina é a de família nuclear, já para as idosas a tipologia é família heterogênea. Conforme Romero (2002, p.788): “Uma em cada duas idosas não mora com o cônjuge, muitas moram sozinhas e daquelas que moram acompanhadas, um grande percentual não tem cônjuge e/ou mora com outros parentes.”

No Brasil, de acordo com Nascimento (2001), citado por Romero (2002, p.788), um importante diferencial de gênero em idades mais avançadas está no fato de as mulheres viverem mais que os homens e estes terem uma maior propensão a recompor a vida conjugal com mulheres mais jovens quando ficam viúvos.

Camarano e Ghaouri (2002, p.13) observam que tem crescido o número de domicílios formados por mães e filhos e que o principal determinante para este tipo de família chefiada por idosas é a viuvez.

Muitos são os efeitos do processo do envelhecimento populacional sobre o arranjo domiciliar dos idosos. Alguns estudos têm sido realizados no país, avaliando, com um cunho econômico, esse efeito demográfico.

Algumas políticas voltadas para a população idosa, como acesso à renda, devido às alterações na previdência social, influenciam sobre a estrutura familiar dessa população.

Delgado e Cardoso (1999) destacam as alterações previdenciárias voltadas para o idoso da zona rural e seus efeitos sobre um novo perfil familiar que tende a se estruturar a partir de tais mudanças.

Segundo os autores, a previdência rural universal destinada à idosos e inválidos, mesmo que tardia, cumpre uma função essencial na sociedade democrática, a de proteção social moderna. Ela permite uma revalorização dos idosos, no espaço privado familiar, de forma que, ao acessarem a renda da aposentadoria, esta se torna uma espécie de “salvaguarda de subsistência familiar” levando à inversão de papéis no contexto da estratégia das famílias pobres, passando os idosos de papel de assistidos para de assistentes.

Segundo Saad (2004), questões como concentração de renda, aumento do desemprego, e expansão da pobreza têm levado, de algum modo, à dependência de número cada vez maior de filhos dos recursos de seus pais. “a casa própria do idoso ou mesmo seus diminutos rendimentos de pensão ou aposentadoria estariam se transformando em valiosos, se não únicos, proventos familiares.”

Camarano (2001, p. 19), com base nos dados das PNADs - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - de 1977 a 1998, destaca a crescente contribuição do idoso à renda familiar (em média, em 1998 os idosos contribuíam com 53% da renda da família). Em um de seus estudos, “Como Vai o Idoso Brasileiro?”, a autora faz uma análise do papel do idoso na família:

Pode-se dizer que, em geral, o idoso hoje está em melhores condições de vida que a população mais jovem: ganha mais, uma parcela maior tem casa própria e contribui significativamente na renda familiar. Nas famílias cujos idosos são chefes, encontra-se uma proporção expressiva de filhos morando junto. Esta situação deve ser considerada à luz das transformações por que passa a economia brasileira, levando a que os jovens estejam experienciando grandes dificuldades em relação à sua participação no mercado de trabalho (CAMARANO et al, 2001, p.53).

A partir da análise dos dados da PNAD de 1996, Camarano et al. (1999, p. 02) salienta a importância da contribuição financeira do idoso na sua família: “Reconhece-se, também, que o idoso presta uma contribuição importante à família.” Em seu estudo sobre o idoso brasileiro, é constatado que a renda média dos idosos de 60 anos ou mais é maior que a dos jovens (aqueles com menos de 30 anos de idade). Observou-se ainda que 45% da renda familiar, em média, é decorrente da renda dos idosos e que eles são chefes em 36% das famílias que contêm idosos e filhos morando junto. Entre 1986 e 1996, esta proporção tem crescido. De acordo com a autora “Estes dados mostram a complexidade dos arranjos familiares e a heterogeneidade desse segmento populacional (...)”.

O número de casos em que os idosos são responsáveis pelo sustento da família têm aumentado no Brasil, ou seja, a responsabilidade dos idosos vai além da contribuição financeira com suas famílias. A esse respeito, Coutrim (2006, p. 368) infere que certas situações impostas aos filhos acabam por conferir aos pais a responsabilidade do sustento daqueles e até mesmo dos netos.

Devido aos altos índices de desemprego, nascimento de filhos fora do casamento, divórcios, etc., os filhos têm permanecido ou retornado para a casa dos pais, mantendo-se assim o idoso ou a idosa como chefe de família e com novos encargos que até duas décadas atrás não eram tão expressivos (COUTRIM, 2006, p. 368).

Segundo estudo divulgado pelo IBGE, em 2000 o percentual de idosos responsáveis pelo domicílio no Brasil era de 62,4%, notando-se um aumento em relação a 1991, quando o percentual de idosos responsáveis pela família era 60,4%. O estudo revela ainda que tem havido uma melhora no rendimento dos idosos, principalmente daqueles da zona rural. Essa melhora no rendimento desse segmento populacional é proveniente da universalização dos benefícios da seguridade social.

O envelhecimento populacional exige uma maior atenção para as políticas públicas, e a combinação desse processo de envelhecimento da população com as mudanças implementadas visando atender esse novo cenário acaba por alterar, como vimos, a estrutura familiar, com conseqüências sobre a sociedade e a economia. Por isso, tem-se observado muitos estudos voltados para o assunto.

Para atender às novas demandas que surgem com o processo de envelhecimento populacional e principalmente à população idosa em constante crescimento e vivendo cada vez mais é importante conhecê-la. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é conhecer um pouco da estrutura domiciliar desse contingente populacional e observar possíveis mudanças

ao longo do tempo. Tais observações, apresentaremos e discutiremos no próximo capítulo. Nossa análise contempla o Estado de Minas Gerais nos anos de 1988 e 2009.

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE E DADOS

3.1. Considerações metodológicas

Algumas considerações metodológicas se fazem necessárias para melhor compreensão do nosso objeto e da pesquisa que aqui propomos, pois conforme Sartori e Morlino (1991), o aspecto conceitual trata, dentre outros atributos, de compreender bem o que se deseja estudar. Iniciaremos pela definição de idoso, principal categoria do estudo.

A imagem do velho e da velhice muitas vezes é resultante da rejeição de algo não desejado que passa a ser o próprio estado de velhice e não apenas parte de um processo até a morte. Essa imagem é edificada nas relações sociais e culturais de cada sociedade e sofre mudanças ao longo do tempo (MONTORO, s.d).

No Brasil, em se tratando de políticas públicas, a pessoa que se encontra no estágio da vida caracterizado pela velhice é identificada como idosa e por esta definição estar relacionada à idade cronológica alguns riscos são inerentes a ela, conforme observa Camarano e Pasinato (2004).

Portanto, idoso é aquele que tem muita idade, e esta definição, segundo Camarano e Pasinato (2004), está relacionada a valores que dependem de características específicas de onde vive o indivíduo. Ao assumir o critério da idade cronológica para a definição de idoso se corre o risco de afirmar a homogeneização dos indivíduos. No entanto, como argumentam as autoras, esta classificação de idoso é utilizada pelos formuladores de políticas públicas na estimação de demandas por serviços de saúde, por benefícios previdenciários e, também, como uma maneira de diferenciar a situação dos indivíduos no mercado de trabalho e em outras esferas da vida social. Ainda, de acordo com Camarano e Pasinato, esse *status* pode ser atribuído a indivíduos que não apresentem características associadas à velhice ou até mesmo a pessoas que recusem esse *status*.

Assim, essa classificação utilizada na formulação de políticas públicas baseada na idade cronológica acaba por simplificar a heterogeneidade dos grupos populacionais (neste caso dos idosos) e, por isso, pode acabar por excluir indivíduos carentes de tais políticas e incluir os que não carecem.

Portanto, neste trabalho, considera-se idosa a pessoa com idade de 60 anos ou mais, sendo esta idade estabelecida pelo Estatuto do Idoso Brasileiro e referência utilizada na maioria dos trabalhos sobre população idosa. E devido à heterogeneidade deste grupo populacional, mencionada anteriormente, adotaremos alguns procedimentos que minimize a homogeneização do seguimento populacional em questão, como, por exemplo, a divisão por subgrupos etários e, para verificar possíveis diferenciais existentes associados à questão de gênero, será feito o recorte segundo o sexo.

Outra definição importante é o de responsável pela família, ou chefe de família, que aqui será utilizado a referência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. De acordo com o Instituto o responsável pelo domicílio é determinado pelos próprios moradores no momento da aplicação do questionário, não havendo um critério pre-estabelecido pelo IBGE. Responsável pelo domicílio é aquele identificado como tal pelos membros da família. Essa mesma definição utilizada em outras pesquisas do IBGE para identificação do chefe de família, portanto trataremos responsável pela família e chefe de família como equivalentes.

Quanto ao conceito de arranjo domiciliar, segundo Medeiros et al. (2002) os termos domicílio e unidade domiciliar são utilizados pelo IBGE tanto como referência à estrutura física da residência quanto ao grupo de pessoas que ali residem. Dessa forma, por ser uma organização de pessoas num espaço domiciliar, parte da literatura denomina tal grupo com arranjo domiciliar.

É importante observar a diferença entre a definição de família e domicílio. A família não se limita ao domicílio e, num mesmo domicílio, pode coabitar várias famílias. Porém, de acordo com Bruschini (1989) e Salles (1992), citados por Medeiros et al. (2002), as conceituações de família variam conforme disciplinas e abordagens teóricas, sendo que para a maioria dos estudos relacionados à pesquisas domiciliares a abordagem de família é feita a partir do grupo que reside na unidade doméstica, conhecido também como arranjo domiciliar.

Esta definição é a utilizada no decorrer deste trabalho e a classificação dos arranjos domiciliares, conforme o IBGE, se dá de acordo com a relação dos membros com o chefe.

3.2. Dados e variáveis

Como neste trabalho propomos a comparação entre homens e mulheres, os primeiros passos nesse tipo de análise, segundo Sartori e Morlino (1991), é definir o tempo e o espaço da investigação. Dessa forma, para a realização deste trabalho, serão utilizados os microdados da PNAD, para o ano de 2009, para o Estado de Minas Gerais.

A PNAD, por ser uma pesquisa de amostragem complexa⁴, necessita de tratamento que leve em consideração essa característica; pois o tratamento inadequado do plano amostral gera resultados viesados para a variância e testes de hipóteses, invalidando os resultados dos modelos de regressão. Dessa forma, ao trabalhar com os dados da PNAD duas variáveis que definem o desenho amostral devem ser consideradas: o estrato e a unidade primária amostral (psu).

Para o devido tratamento dos dados, considerando as características de amostra complexa, foi utilizado o comando svy do programa estatístico Stata, na estimação dos modelos propostos neste estudo.

As classificações das variáveis utilizadas neste trabalho são aquelas definidas segundo IBGE (descrição da PNAD) e em alguns casos fizemos alguns agrupamentos de categorias conforme descreveremos a seguir:

- **Tipo de família:** casal sem filhos; as categorias casal com filhos menores de 14 anos e com filhos de 14 anos ou mais foram agrupadas numa única categoria, de casal com filhos; para mãe com filhos, também foi feito o mesmo agrupamento referente a casal; para a variável outros tipos separamos aqueles idosos que moravam sozinhos criando uma nova categoria, a unipessoal.
- **Condição na família:** foram utilizadas as categorias pessoa de referência; cônjuge; sendo que a categoria filho foi agregada à outro parente; e as categorias agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico foram agrupadas em uma única (outras).
- **Estado civil:** solteiro(a), casado(a), viúvo(a) e as categorias desquitado(a) e separado(a) e divorciado(a) que, neste trabalho, foram agregados, já que apresentam o mesmo aspecto, o de dissolução de uma união legal.

⁴ Para melhor compreensão do tratamento de amostragem complexa e PNAD ver Neder, H. D., 2004; Neder, H. D. e Silva, J. L., 2006 e Santos, G. C., 2010.

- **Cor ou raça:** branca, preta, amarela (considera-se a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (considera-se a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considera-se a pessoa que se declarou indígena ou índia).
- Os níveis (em salário mínimo) da variável **faixa de rendimento total** foram reduzidos a sete: sem renda, até 1SM, 1 SM, mais de 1 a 3 SM, mais de 3 a 5 SM, mais de 5 a 10 SM e mais de 10 SM. O mesmo agrupamento foi feito para a renda domiciliar, sendo que foi retirada desta renda a do idoso. Para o modelo foi criada a variável referente à proporção da renda dos idosos na renda domiciliar.
- **Idade:** Conforme já mencionado anteriormente a variável idade foi agrupada em grupos quinquenais e para idades a partir dos 80 anos construímos uma única faixa etária (80 ou mais).
- **Anos de estudo:** esta variável apresenta valores de 0 a 15 anos (inclui-se 15 anos ou mais), tendo sido agrupada da seguinte forma: 0 a 3 anos de estudo, 4 a 7 anos de estudo, 8 a 11 anos de estudo, 12 ou mais anos de estudo.
- **Variáveis de trabalho:** foram incluídas na análise a variável de trabalho, aposentadoria e foi criada uma variável com a interação dessas duas que indica a situação trabalha sendo aposentado. Para o modelo foram criadas ainda variáveis de interação entre grupos de idade e estar trabalhando.

Considerando que neste trabalho é feita uma comparação de gênero (entre homens e mulheres) utilizamos a variável sexo (masculino e feminino) para o recorte e como gênero é um conceito relacionado à construção social dos sexos espera-se que o sistema de relações que o define seja um fator que possa explicar as diferenças que se espera encontrar na análise dos dados referente à variável sexo.

No caso deste trabalho a variável-resposta utilizada na estimação dos modelos refere-se a chefe de família que foi criada a partir da variável condição na família, de forma que dentre as categorias desta variável foi considerada a classificação pessoa de referência. Atribuiu-se o valor 1 caso o (a) idoso (a) era chefe na família, e o valor 0 caso contrário.

3.3. Método de análise: regressão logística

Neste estudo, foram estimados modelos de regressão logística, com o objetivo de identificar as variáveis que determinam a condição de chefia do idoso, no estado de Minas Gerais, para o ano de 2009. A formalização do modelo é apresentada a seguir.

3.3.1. Formalização do modelo

Os modelos de regressão logística são aplicados quando a variável resposta é dicotômica, ou seja, assume os valores 1 e 0; estando relacionada à probabilidade de um evento ocorrer.

O modelo *Logit* é estimado a partir da forma funcional a seguir:

$$P(Y = 1 / X) = G(x\beta) = p(x) \quad (1)$$

Sendo que:

P representa a probabilidade dos idosos serem chefes de família (neste caso, $Y=1$);

X é a matriz das variáveis explicativas;

β é o vetor de coeficientes do modelo e;

G é uma função que assume valores entre 0 e 1: $0 < G(z) < 1$; para todos os números z reais..

Neste modelo, G é a função logística cuja forma é a seguinte:

$$G(z) = \frac{\exp(z)}{[1 + \exp(z)]} = \Lambda(z) \quad (2)$$

Segundo Wooldridge (2001), o modelo logit pode derivar de um modelo de variável latente, como a seguir:

$$Y^* = x\beta + e, \quad (3)$$

$$Y = 1, \quad \text{se } y^* > 0; Y = 0, y^* \leq 0$$

onde e é independente de x , tendo a distribuição logística.

A probabilidade de resposta de Y pode ser assim derivada:

$$P(Y = 1 / X) = P(Y^* > 0 / X) = 1 - G(-x\beta) = G(X\beta) \quad (4)$$

Tal como no modelo *Logit*, tem uma distribuição logística padronizada, conforme fórmula apresentada:

$$P_j = P(Y = 1) = \frac{e^{x\beta}}{1 + e^{x\beta}} \quad (5)$$

Sendo X' a matriz transposta das variáveis explicativas.

Aplicando-se uma transformação exponencial obtém-se:

$$\log \frac{P_j}{(1 - P_j)} = \beta' X_1 + e \quad (6)$$

No modelo apresentado, se X_j for uma variável contínua, seu efeito parcial sobre $p(x) = P(y=1|X)$ é obtido por meio da derivada parcial:

$$\frac{\partial p(x)}{\partial x_j} = g(x\beta) \beta_j \quad (7)$$

O valor do efeito parcial depende das outras variáveis, sendo que os resultados são apresentados na forma da razão entre os efeitos parciais. Para as variáveis contínuas X_h e X_j a razão do efeito parcial é constante, e dada pela razão dos coeficientes correspondentes, como exposto:

$$\frac{\partial p(x)/\partial x_j}{\partial p(x)/\partial x_h} = \frac{\beta_j}{\beta_h} \quad (8)$$

No caso de variáveis explicativas binárias, o efeito parcial resulta de mudanças de X_k de 0 para 1, mantendo-se fixas as demais variáveis. Tem-se:

$$G(\beta_1 + \beta_2 x_2 + K + \beta_{k-1} x_{k-1} + \beta_k) - G(\beta_1 + \beta_2 x_2 + K + \beta_{k-1} x_{k-1}) \quad (9)$$

Verifica-se que o valor do efeito parcial depende das demais variáveis. Assim, os resultados podem ser apresentados na forma da razão de chances entre o grupo em questão e o grupo de referência. Desta forma, se o coeficiente da razão de chance (OR) for maior que 1 (um), o grupo em questão tem probabilidade de ser (OR - 1) vezes maior que o grupo de referência. Quando a razão de chance (OR) for menor que 1 (um), o grupo em questão tem probabilidade (1 - OR) vezes menor que o grupo de referência.

No caso desse estudo, Y é uma variável resposta binária, que indica se o idoso é chefe de família (Y=1) ou não (Y=0).

Com base nas variáveis explicativas citadas no tópico anterior, o modelo inicial é definido como se segue:

$$\ln \frac{p}{p-1} = \beta_0 + \beta_1 \text{ est_civil} + \beta_2 \text{ gidade} + \beta_3 \text{ raça} + \beta_4 \text{ anos_est} + \beta_5 \text{ renda do idoso/renda domiciliar} + \beta_6 \text{ trabalha} + \beta_7 \text{ aposentado(a)} + \beta_8 \text{ interação idade e trabalho} + \beta_9 \text{ tipo de família}$$

Onde β_0 é o intercepto do modelo; e os β 's consistem nos parâmetros associados às variáveis explicativas.

Os resultados dos modelos estimados, para os homens e para as mulheres, serão apresentados e discutidos no quarto capítulo.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Algumas mudanças inerentes ao processo de envelhecimento vieram se evidenciando ao longo de décadas e com intensidades diferentes em cada região mundial. Tais mudanças somadas a outros aspectos alteram o perfil dos idosos e sua relação familiar. Neste capítulo dedicado à apresentação e análise dos resultados obtidos e discussão dos objetivos propostos neste trabalho, apresentaremos alguns pontos do perfil dos idosos responsáveis pelo domicílio e dos determinantes de sua condição de chefe de família para o estado de Minas Gerais. Nossa análise contemplará o ano de 2009.

4.1. Perfil dos Idosos Responsáveis pelo Domicílio no Estado de Minas Gerais no ano de 2009

Neste tópico apresentaremos alguns aspectos do perfil dos idosos responsáveis pelo domicílio. Em nossa análise faremos o recorte segundo sexo, a fim de observarmos possíveis diferenças de gênero.

A população idosa do Estado representa mais de 12% de sua população total e da parcela da população na condição de responsável pelo domicílio mais de 22% são de idosos (PNAD 2009).

O GRÁF. 8 mostra as percentagens de idosos segundo condição na família por grupos quinquenais de idade, para os homens e para as mulheres.

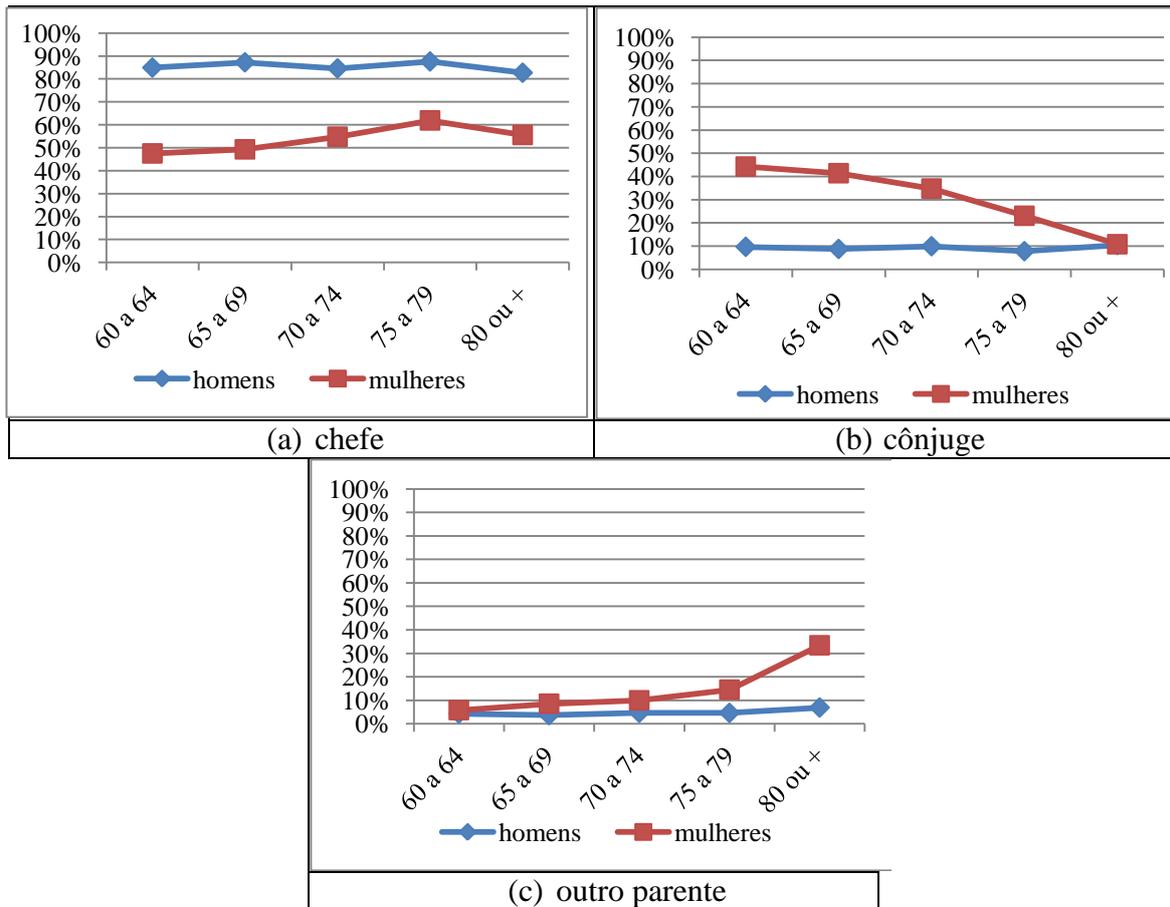


Gráfico 8: Percentagem de idosos segundo condição na família para ambos os sexos – Minas Gerais – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Obs: as categorias: agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico não foram apresentadas por apresentarem valores menores que 1%.

Para todos os grupos de idade, o maior percentual foi de idosos na condição de chefe de família, tanto para os homens quanto para as mulheres. Para os homens esse percentual ficou entre 80% e 90% e para as idosas variou entre aproximadamente 45% (para as mais jovens) e cerca de 60% (para o grupo de idade de 75 a 79 anos de idade). Esse percentual significativo de mulheres na condição de chefe de família pode estar relacionado às mudanças que se tem observado na própria estrutura familiar (ver CAP. 2 deste trabalho), como o aumento de famílias compostas por mães e filhos.

Em relação à condição de cônjuge os percentuais observados para os homens foi cerca de 10% para todas as faixas etárias. Para as mulheres observou-se um percentual maior, na condição de cônjuge, para as mais jovens (60 a 64 anos de idade), cerca de 45%, e à medida que se observa as idades mais avançadas ocorre uma redução nesse percentual.

Para os idosos na condição de outro parente o percentual foi menor que 10% para todos os grupos de idade. Para as idosas na mesma condição o maior percentual observado foi

para as de idade mais avançada (80 anos ou mais de idade), cerca de 35%. Para as demais faixas etárias esse percentual variou entre 5% e 15%.

Essas mudanças nos percentuais com o aumento da idade observadas para as idosas (aumento na condição de chefe, redução na percentagem na condição de cônjuge e aumento na condição de outro parente) pode estar relacionado em parte, à maior longevidade feminina e, conseqüentemente, à situação conjugal, sendo que para as faixas etárias mais avançadas pode haver um percentual maior de viúvas e estas acabem por assumir a condição de chefe ou a depender de outros parentes.

Para tentar fazer esta relação entre situação conjugal e condição de chefe será apresentado o GRAF. 9 com os percentuais de idosos e idosas chefes de família para cada situação conjugal. As análises das variáveis a seguir se restringirão especificamente a esta condição dos idosos, tendo em vista que o objeto principal desse estudo é o idoso chefe de família.

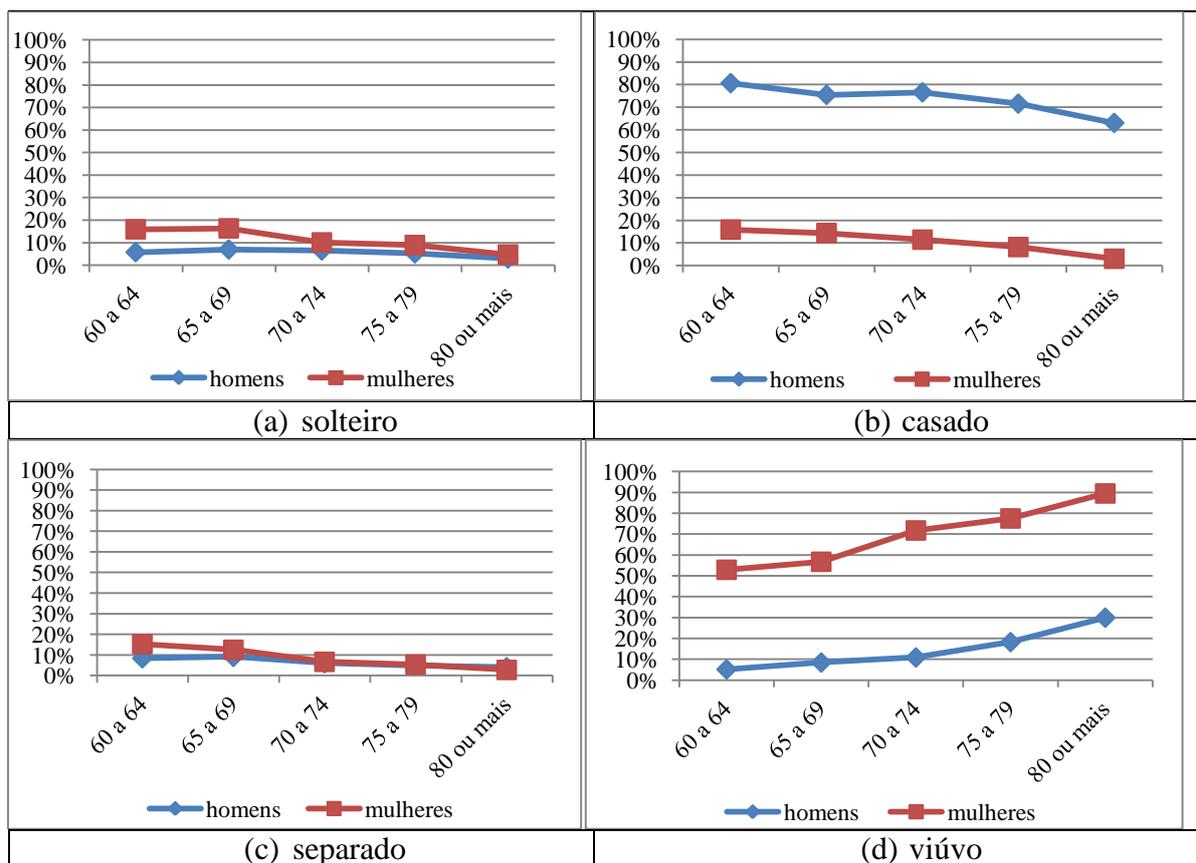


Gráfico 9: Percentagens de idosos chefes de família segundo situação conjugal, para ambos os sexos – Minas Gerais - 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Para os idosos o maior percentual de chefes de família é de casados, para todos os grupos de idade. Para os mais jovens (60 a 64 anos de idade) esse percentual é de 80% e à medida que se observa as demais faixas etárias ocorre uma redução no percentual de homens casados que chefiam famílias, chegando a cerca de 60% para os idosos de idade mais avançada (80 ou mais).

Para as idosas o percentual maior entre as que chefiam famílias é de viúvas, cerca de 55% para as mais jovens (60 a 64 anos de idade) e esse percentual aumenta conforme se observa demais faixas etárias, chegando à cerca de 90% para as idosas de 80 anos ou mais de idade.

Para as demais categorias os valores foram relativamente baixos, tanto para os homens quanto para as mulheres. Para a categoria solteiro(a) o maior percentual de chefes de família para as idosas foi de 15% para as mais jovens e para os homens ficou em torno de 5% para todas as faixas etárias. O mesmo pode se dizer da categoria separado(a).

Esse predomínio nos percentuais de idosos chefes de família casados e de idosas chefes viúvas pode estar relacionado à maior longevidade feminina, como já mencionamos. Numa sociedade patriarcal é de se esperar homens chefiando famílias e ao ficarem viúvas as mulheres acabam por assumir esta posição. Ainda assim, observa-se um percentual considerável de mulheres casadas chefes de família, cerca de 15% para as idosas mais jovens, o que pode ser um indício de mudança nessa relação cultural, ou seja, mulheres estão chefiando famílias nucleares (compostas por casal com os sem filhos). Dessa forma, a situação conjugal pode ser um importante diferencial na condição de chefes de família entre homens e mulheres.

Para ilustrar melhor os tipos de famílias chefiadas por idosos, apresentaremos os GRAF. 10 e 11 com percentuais de idosos segundo o tipo de família que chefiam para homens e para mulheres, respectivamente.

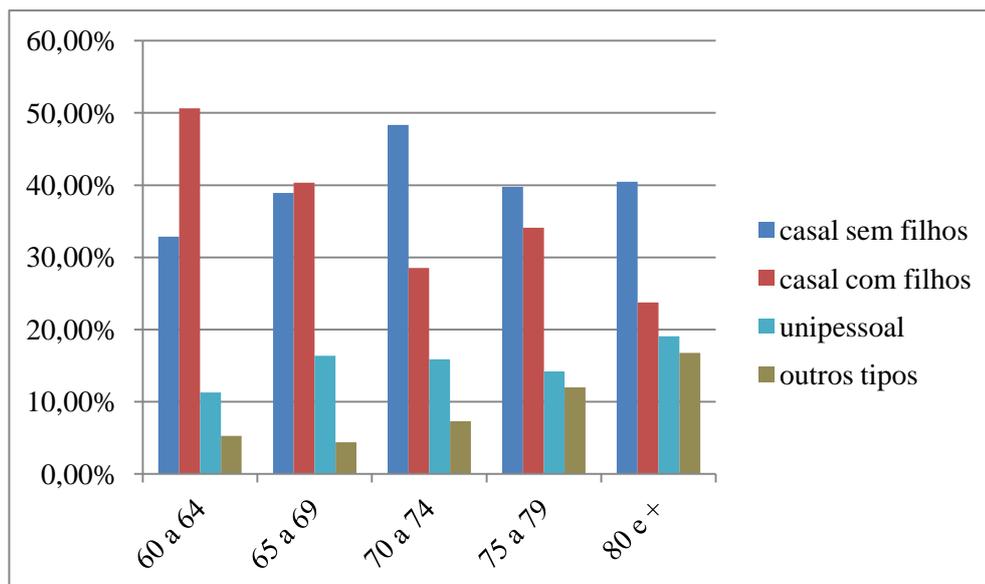


Gráfico10: Percentagem de idosos chefes de família segundo tipo de família, sexo masculino, Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

O GRAF. 10 mostra que para o grupo de idade mais jovem (60 a 64) em torno de 50% dos homens chefiavam famílias de casal com filhos seguido por quase 35% chefiando famílias do tipo casal sem filhos. Para a faixa etária seguinte (65 a 69) é quase equivalente os percentuais de idosos chefiando esses dois tipos de famílias (casal sem filhos e casal com filhos). Para os demais grupos de idade já predomina o tipo de família de casal sem filhos chefiados por homens, sendo cerca de 48% para a faixa etária de 70 a 74 anos de idade e 40% para os de 80 anos ou mais de idade. Famílias unipessoais representam, para os homens, mais de 10% em todos os grupos de idade chegando a quase 20% para a faixa etária de 80 anos e mais de idade. A categoria outros tipos aparece com maior representatividade (em torno de 15%) para os idosos mais velhos.

O GRÁF. 11 mostra os mesmos dados, mas para as idosas chefes família.

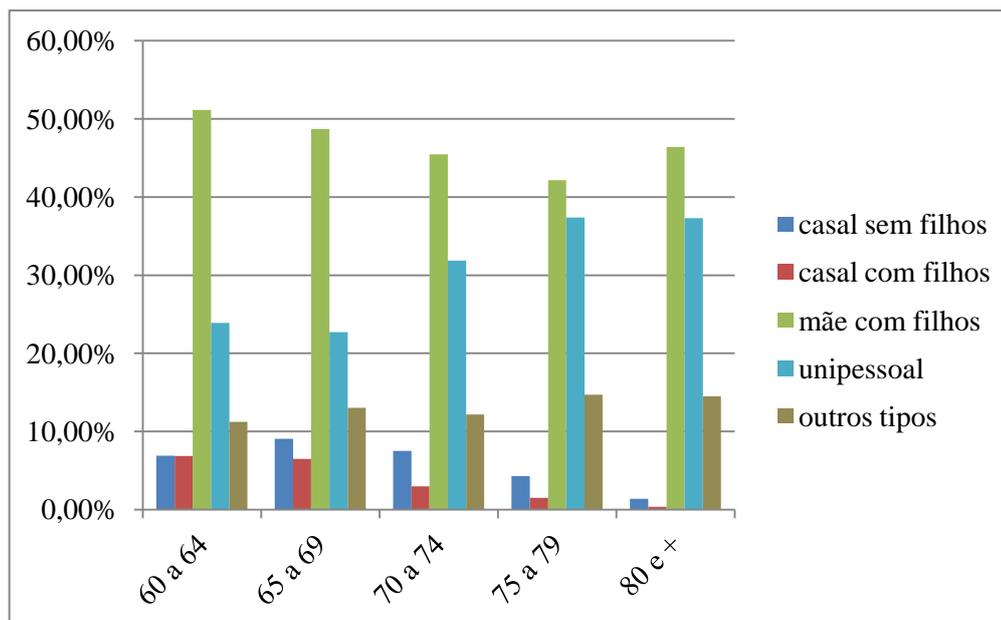


Gráfico 11: Percentagem de idosos chefes de família segundo tipo de família, sexo feminino, Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Para as idosas chefes de família predomina para todos os grupos de idade o tipo de família mãe com filhos, representando entre 40% a 50% delas. A percentagem de mulheres chefiando tipos de famílias com casal (sem filhos e com filhos) representa pouco mais de 10% nos três primeiros grupos de idade. Para os dois grupos de idade mais avançados (75 a 79 e 80 anos e mais) representa em torno de 5%. O tipo de família unipessoal, para essas idosas, vai aumentando conforme se observa as idades mais avançadas, chegando próximo a 40% para as faixas etárias de 75 a 79 anos e 80 anos ou mais. A percentagem de idosas chefiando outros tipos de famílias representa em torno de 10% para todos os grupos de idade.

Como já mencionado, de forma geral, pode se dizer que, na condição de casados os homens assumem a condição de chefe de família na maioria dos casos de família com casais, o que pode ser justificado por uma sociedade marcada por uma cultura patriarcal. Ao ficarem viúvas as idosas acabam, em muitos casos, assumindo essa condição de chefe de família, e como visto em capítulo anterior, famílias compostas por mães e filhos é uma tendência. Além disso, como lembra Nascimento (2001), os idosos possuem uma propensão maior de recompor a vida conjugal após ficarem viúvos, em relação às idosas.

Os próximos gráficos apresentam algumas características relacionadas à educação, trabalho e renda desses idosos que chefiam famílias. Resultados referentes a anos de estudo serão apresentado no GRÁF. 12, para homens e para mulheres.

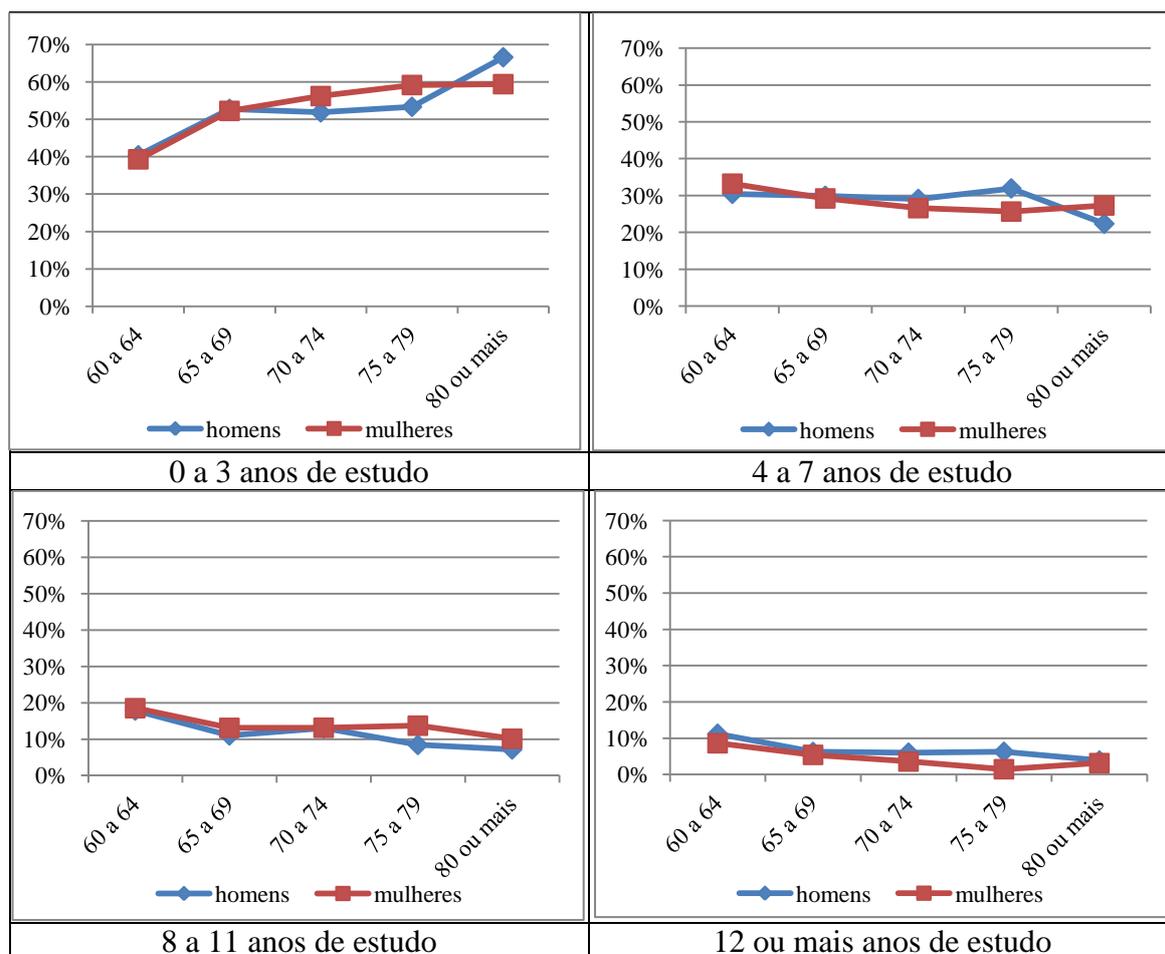


Gráfico 12: Percentagem de idosos chefes de família segundo anos de estudo, ambos os sexos – Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Como se observa, o nível de escolaridade dos idosos e das idosas chefes de família era quase que equiparado para todas as faixas etárias. Para ambos os sexos o maior percentual de idosos chefes de família, para todas as faixas etárias, foi para os que tinham de 0 a 3 anos de estudo, sendo cerca de 40% para os mais jovens (60 a 64 anos de idade), tanto para homens quanto mulheres, e esse percentual aumenta com a idade, chegando a 60% para as idosas e cerca de 67% para os idosos com idade mais avançada. Para as demais classes de anos de estudo (4 a 7, 8 a 11 e 12 ou mais) os maiores percentuais de idosos chefes de família observados foram para os idosos mais jovens (60 a 64 anos), em torno de 30%, 18% e 10%, respectivamente, tanto para homens quanto para mulheres.

O GRÁF. 13 apresenta resultados referentes à condição de trabalho e aposentadoria dos idosos de Minas Gerais para o ano de 2009.

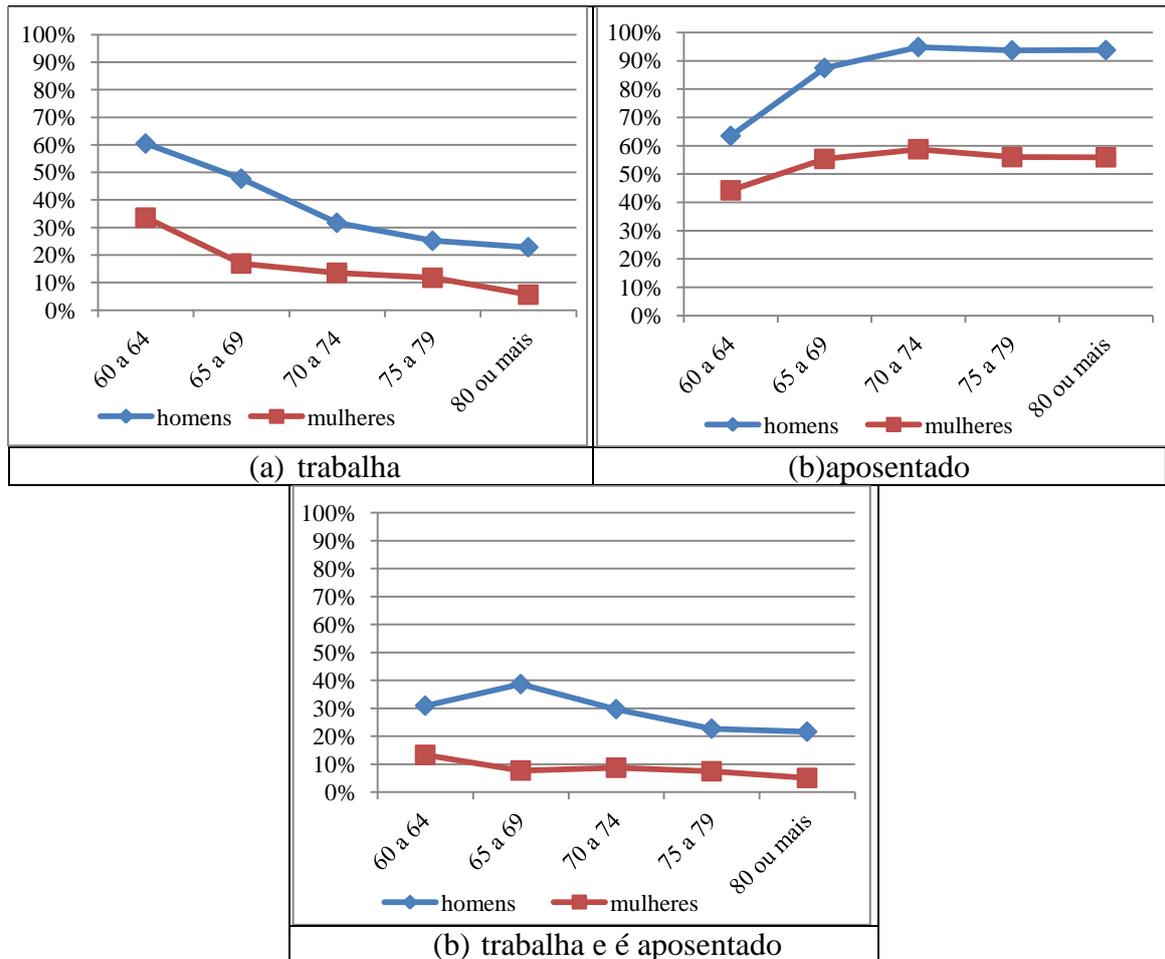


Gráfico 13: Percentagem de idosos chefes de família segundo condição de trabalho e aposentadoria para ambos os sexos – Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Uma parcela significativa dos idosos chefes de família mais jovens (60 a 64 anos de idade) trabalhava, principalmente os homens, cerca de 60% deles e aproximadamente 35% das mulheres. Com o avançar da idade esse percentual vai diminuindo. O inverso pode ser observado em relação à aposentadoria, com o avançar da idade o percentual de idosos aposentados que chefiavam família aumenta, sendo pouco mais de 60% e de 40% para os homens e para as mulheres mais jovens (60 a 64 anos), respectivamente. Esse percentual aumenta com a idade, chegando à cerca de 95% para os idosos chefes de família das demais faixas etárias e 60% para as idosas da faixa etária de 70 a 74 anos de idade. Para os idosos chefes de família que trabalhavam sendo aposentado o percentual mais expressivo foi para os homens da faixa etária de 65 a 69 anos de idade, cerca de 40%.

Em termos de aposentadoria, apesar de ser significativa a percentagem de idosas que recebiam o benefício, ainda é menor em relação aos homens. Obviamente, pode estar relacionado à contribuição previdenciária, tendo em vista que a participação feminina no

mercado de trabalho brasileiro começou a se intensificar a partir da década de 1970, portanto boa parte das mulheres não contribuía com o sistema previdenciário.

O GRÁF. 14 apresenta a percentagem de idosos chefes de família por classe de renda para os homens para o estado de Minas Gerias no ano de 2009.

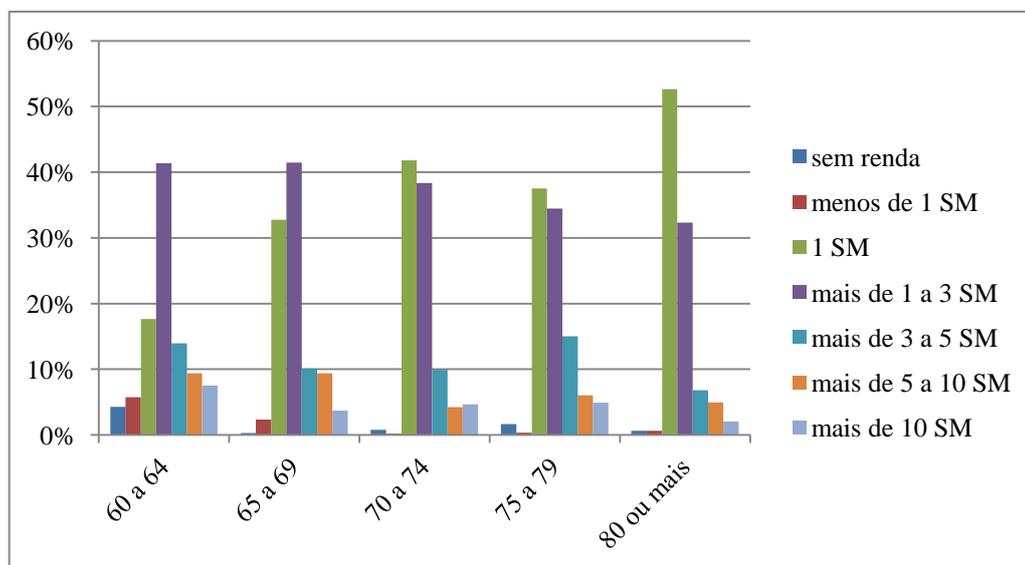


Gráfico 14: Percentagem de idosos chefes de família por classe de renda, sexo masculino – Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Para os homens o maiores percentuais de idosos chefes de família foram observados para as faixas de renda de 1 SM e mais de 1 a 3 SM. Para os idosos de 60 a 64 e 65 a 69 anos de idade os maiores percentuais foram de homens chefes de família que recebiam mais de 1 a 3 SM, pouco mais de 40%. Para as demais faixas etárias os maiores percentuais observados foram de idosos chefes de família que recebiam 1 SM, em torno de 40%, chegando a mais de 50% para o grupo de idade de 80 anos ou mais. É importante observar que, os percentuais de idosos chefes de família que não tinham renda ou com renda menor que 1 SM são mínimos, em torno de 1% para todas as faixas etárias, com exceção do grupo de idade de 60 a 64 anos de idade que ficou em torno de 5% para cada uma dessas duas faixas de renda (sem renda e menos de 1 SM).

Os resultados de renda para as idosas chefes de família serão apresentados no GRÁF. 15.

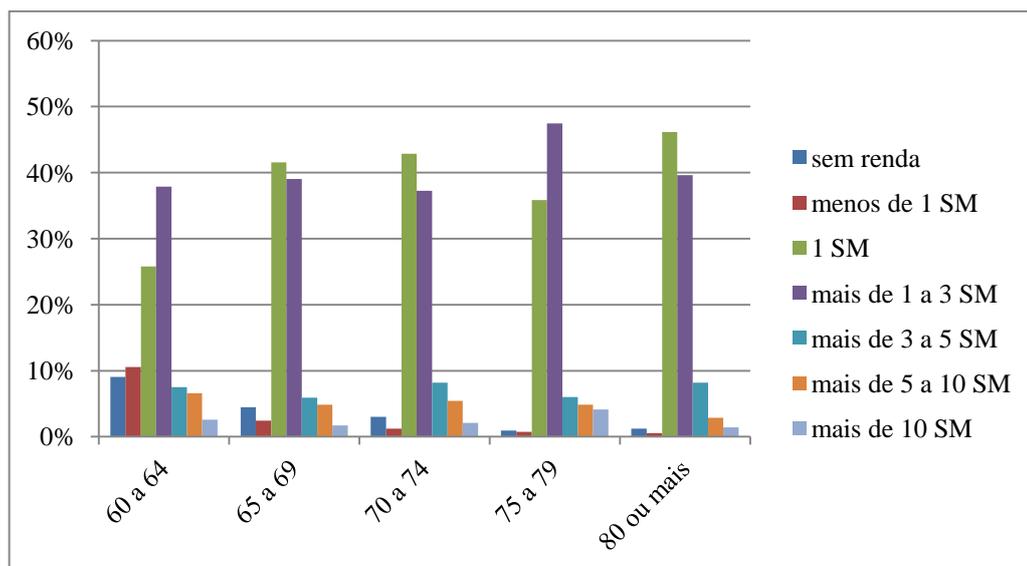


Gráfico 15: Percentagem de idosos chefes de família por classe de renda, sexo feminino – Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Para as idosas chefes de família, assim como para os idosos, para todos os grupos etários predominou as faixas de renda de 1 SM e mais de 1 a 3SM. Para as mulheres chefes de família de 60 a 64 e 75 a 79 anos de idade cerca de 38% e 48% delas recebiam mais de 1 a 3 SM, respectivamente. Para as idosas das demais faixas etárias o percentual maior de chefes de família recebiam 1 SM, sendo pouco mais de 40% delas. Um percentual considerável de idosas chefes de família do grupo de idade mais jovens (60 a 64 anos de idade) não tinha renda ou tinha uma renda inferior a 1 SM, cerca de 10% para cada uma dessas duas faixas de renda.

Nos GRÁF. 16 e 17 serão apresentados os percentuais de idosos chefes de família segundo contribuição de sua renda na renda domiciliar.

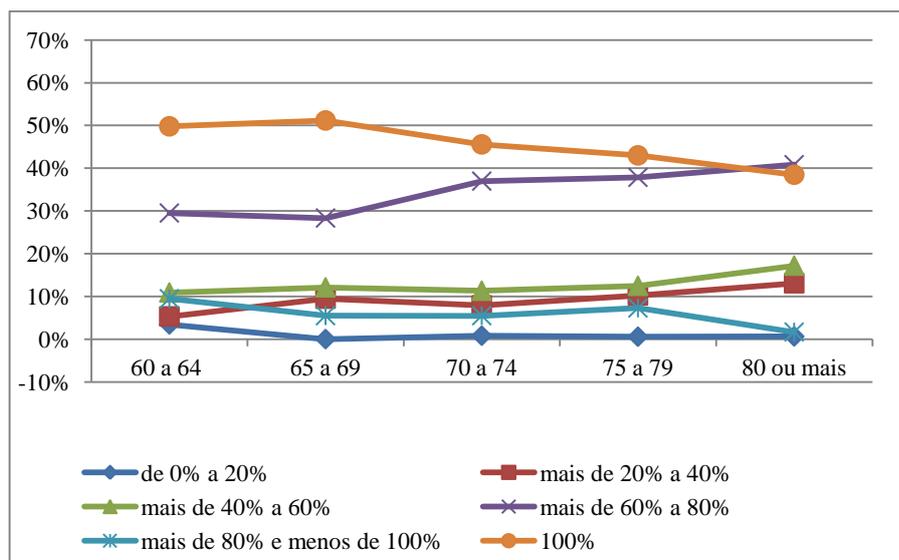


Gráfico 16: Percentagens de idosos chefes de família segundo contribuição de sua renda na renda domiciliar, sexo masculino – Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

A maior parte dos idosos chefes de família contribuía com 100% ou entre 60% a 80% da renda domiciliar. Para as faixas etárias mais jovens (60 a 64 e 65 a 69 anos de idade) o percentual de idosos que contribuía com 100% da renda domiciliar foi cerca de 50%. Para as demais faixas etárias observa-se uma redução no percentual de idosos chefes de família que contribuía com 100% da renda domiciliar, e um aumento no percentual de idosos cuja contribuição era entre 60% e 80%, sendo que a percentagem de idosos de 80 anos ou mais de idade que contribuía com 100% e entre 60% e 80% ficou em torno de 40%. A percentagem de idosos chefes de família que não contribuía com a renda domiciliar ou cuja contribuição ia até 20% é nula para todas as faixas etária, com exceção do grupo de idade de 60 a 64 anos de idade, que ficou em torno de 3%.

O GRÁF. 16 apresenta os resultados da contribuição da renda na renda domiciliar para as idosas.

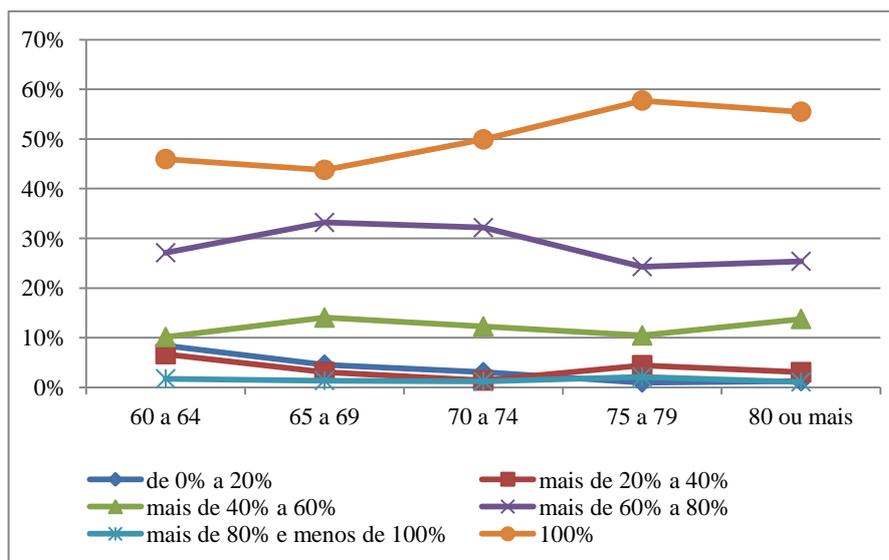


Gráfico 17: Percentagens de idosos chefes de família segundo contribuição de sua renda na renda domiciliar, sexo feminino – Minas Gerais – 2009.

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: PNAD 2009.

Para as idosas chefes de família o maior nível de contribuição na renda domiciliar foi de 100% para todas as faixas etárias, seguido do nível de contribuição entre 60% e 80%. O percentual de idosas chefes de família que contribuía com 100% da renda domiciliar era de cerca de 45% para as mais jovens (60 a 64 e 65 a 69 anos de idade), chegando a mais de 55% para as de idades mais avançadas (75 a 79 e 80 ou mais de idade). O percentual de idosas chefes de família cuja contribuição ia de 0 a 20% foi maior para a faixa etária de 60 a 64 anos de idade, cerca de 8%.

Como se pode observar, a importância da renda do idoso chefe de família na renda domiciliar é bastante significativa, de forma que a renda desses idosos pode ser um determinante importante de sua condição de chefe. Além disso, esses resultados, referentes à renda dos idosos chefes de família, mostram que sua renda, em muitos casos, pode ser o único provento de uma família. E essa renda na maioria dos casos varia entre 1 e 3 SM. Ainda, como a maior parte dos idosos é de aposentados é possível que essa renda seja fruto da aposentadoria.

No tópico seguinte apresentaremos os resultados da estimação dos modelos propostos nos objetivos deste estudo, referentes à determinação da condição de chefes dos idosos de Minas Gerais no ano de 2009.

4.2 Análise descritiva das variáveis incluídas no modelo

Neste tópico é apresentada a análise descritiva das variáveis incluídas no modelo *logit* para verificar as chances dos idosos chefiarem família.

A TAB. 3 apresenta a proporção e desvio padrão das variáveis relacionadas aos homens idosos.

Tabela 3: Estatísticas descritivas das variáveis da equação de condição de chefe de família, para os idosos, Minas Gerais, 2009*

Variáveis	Proporção	Desvio Padrão
Chefes de família	0,85	0,36
Situação conjugal		
Casados	0,73	0,44
Solteiros	0,08	0,27
Separados	0,07	0,26
Viúvos	0,12	0,32
Grupos de idade		
60 a 64 anos	0,32	0,47
65 a 69 anos	0,24	0,43
70 a 74 anos	0,20	0,40
75 a 79 anos	0,12	0,33
80 anos ou mais	0,12	0,32
Cor		
Branca	0,48	0,50
Preta	0,09	0,29
Parda	0,43	0,50
Amarela	0,00	0,06
Indígena	0,00	0,02
Anos de estudo		
0 a 3 anos	0,48	0,50
4 a 7 anos	0,30	0,46
8 a 11 anos	0,14	0,34
12 anos ou mais	0,08	0,27
Trabalho e renda		
% da renda do idoso na renda domiciliar	0,78	0,23
Trabalham	0,40	0,49
Aposentados	0,81	0,39
Interação grupos de idade e trabalho		
60 a 64 anos e trabalham	0,18	0,39
65 a 69 anos e trabalham	0,11	0,31
70 a 74 anos e trabalham	0,06	0,23

75 a 79 anos e trabalham	0,03	0,17
80 anos ou mais e trabalham	0,02	0,14
Tipos de família		
Casal sem filho	0,38	0,49
Casal com filho	0,40	0,49
Mãe com filho (o idoso é o filho)	0,01	0,10
Unipessoal	0,12	0,33
Outros tipos	0,09	0,28
Número de observações = 1889		População = 1.036.531

Fonte: Elaboração própria. Dados PNAD 2009

Nota: Incluem-se as variáveis candidatas à análise.

Em relação à condição de chefia, variável dependente do modelo, 85% dos homens idosos eram chefes de família.

O maior percentual observado para a variável situação conjugal foi de casados, sendo 73%, seguido por 12% de viúvos. Em relação à idade, o percentual maior foi igual a 32%, verificado para os idosos mais jovens (60 a 64 anos); e à medida que aumentam os grupos de idade o percentual diminui, chegando a 12% para os grupos de idade mais avançados (75 a 79 anos e 80 anos ou mais). Os idosos de cor branca representaram 48% do total, sendo 43% de cor parda. Os idosos negros corresponderam a 9%.

Em relação a escolaridade, 48% dos idosos tinham entre 0 e 3 anos de estudo; 30% tinham entre 4 e 7 anos de estudo e 22% tinham oito anos ou mais de estudo. Os dados mostram que 40% dos idosos trabalhavam e 81% eram aposentados. Em relação à variável referente à renda, a contribuição da renda dos idosos na renda domiciliar era em média de 78%.

Ao fazer a interação entre as variáveis grupos de idade e estar trabalhando, observa-se que, a proporção de idosos que trabalhavam foi maior pra os mais jovens (60 a 64 anos), sendo 18%; e conforme aumenta a idade essa proporção vai diminuído, chegando a apenas 2% o percentual de idosos de 80 anos ou mais de idade que trabalhavam.

No que se refere à variável tipo de família, o tipo predominante para os homens foi de casal, sendo 40% com filhos e 38% sem filhos.

A TAB 4 apresenta a análise descritiva para as mulheres idosas.

Tabela 4: Estatísticas descritivas das variáveis da equação de condição de chefe de família, para as idosas, Minas Gerais, 2009*

Variáveis	Proporção	Desvio Padrão
Chefes de família	0,53	0,50
Situação conjugal		
Casadas	0,39	0,49
Solteiras	0,11	0,31
Separadas	0,06	0,24
Viúvas	0,44	0,50
Grupos de idade		
60 a 64 anos	0,28	0,45
65 a 69 anos	0,25	0,43
70 a 74 anos	0,18	0,39
75 a 79 anos	0,13	0,34
80 anos ou mais	0,16	0,36
Cor		
Branca	0,51	0,50
Preta	0,09	0,29
Parda	0,39	0,49
Amarela	0,00	0,06
Indígena	0,01	0,07
Anos de estudo		
0 a 3 anos	0,51	0,50
4 a 7 anos	0,29	0,45
8 a 11 anos	0,15	0,35
12 anos ou mais	0,05	0,23
Trabalho e renda		
% da renda da idosa na renda domiciliar	0,64	0,33
Trabalham	0,17	0,37
Aposentadas	0,53	0,50
Interação grupos de idade e trabalho		
60 a 64 anos e trabalham	0,08	0,28
65 na 69 anos e trabalham	0,04	0,20
70 a 74 anos e trabalham	0,02	0,14
75 a 79 anos e trabalham	0,02	0,11
80 anos ou mais e trabalham	0,01	0,08
Tipos de família		
Casal sem filho	0,23	0,42
Casal com filho	0,21	0,41
Mãe com filho	0,28	0,45
Unipessoal	0,15	0,36
Outros tipos	0,13	0,33
Número de observações = 2453	População = 1.326.152	

Fonte: Elaboração própria. Dados PNAD 2009

* Nota: Incluem-se as variáveis candidatas à análise.

Para as idosas, o percentual de chefes de famílias (variável dependente no modelo) foi de 53%.

Em relação à situação conjugal, o percentual mais expressivo foi de viúvas, representando 44%, seguido de casadas com 39%. Para a variável idade, o maior percentual foi de idosas do grupo de idade entre 60 e 64 anos, e o menor para o grupo de 75 a 79 anos; sendo 28% e 13%, respectivamente. Para a variável cor o percentual mais expressivo foi para a categoria branca, representando 51%, seguido de 39% para a parda. Como no caso dos idosos, o percentual de negras correspondeu a 9%. Não houve observações para a categoria amarela, e para a categoria indígena o percentual foi de 1%.

Em relação à escolaridade, o grupo de menor tempo de estudo (0 a 3 anos) abrangeu o maior percentual de idosas, sendo 51% e quanto maior o tempo de estudo menor o percentual de idosas. Para a variável trabalho, observa-se que apenas 17% das idosas trabalhavam. Já em relação à aposentadoria, o percentual foi de 53% de idosas aposentadas. Em relação à variável referente à renda, observa-se que em média as idosas contribuíam com 64% da renda domiciliar.

No que se refere à interação entre os grupos de idades e trabalho, para todos os grupos de idade o percentual das ocorrências foi pouco expressivo (pois somente 17% das idosas trabalhavam), sendo que o maior foi de 8% do grupo de idade 60 a 64 anos. Conforme aumenta a idade menor é o percentual de idosas trabalhando.

Para a variável tipo de família, para as idosas predominou o tipo mãe com filhos, com um percentual igual a 28%, seguido por 23% do tipo casal sem filhos. O tipo de família unipessoal representou 15% dos casos.

4.3. Análise dos Modelos

Neste tópico apresentaremos os resultados da estimação dos modelos de regressão logística para os idosos e idosas, separadamente, para o ano de 2009. O objetivo é verificar em que medida as variáveis demográficas e socioeconômicas afetam as chances dos idosos serem chefes de família. Os valores dos parâmetros β estimados foram exponenciados (e^β).

Dessa forma, os resultados obtidos poderão ser analisados em termos de razões de chance (*odds ratio*⁵).

A TAB. 5 apresenta as razões chance dos modelos estimados para a condição de chefia dos idosos.

Tabela 5: Razões de chances (*odds ratio*) para os modelos estimados, para a condição de chefe de família dos idosos, Minas Gerais, 2009

	modelo 1	modelo 2	modelo 3
Variáveis demográficas			
Situação conjugal			
Casado	5,19*	5,43*	5,53*
Separado	4,07*	3,36*	3,39*
Viúvo	4,41*	3,55*	3,57*
Grupos de idade			
65 a 69 anos	1,22	1,03	1,03
70 a 74 anos	1,06	0,95	0,94
75 a 79 anos	1,28	1,11	1,11
80 anos e +	0,71	0,58**	0,57**
Cor			
Preta	1,71**	1,60***	1,60***
Pardo	1,19	1,20	1,20
Variáveis socioeconômicas			
Anos de estudo			
4 a 7		0,71**	0,71**
8 a 11		0,60*	0,60*
12 ou mais		0,58***	0,58***
Renda			
% renda do idoso na renda domiciliar		13,77*	13,18*
Variáveis trabalho			
Trabalha		7,95***	7,98***
Aposentado		1,12	1,13
Interação idade e trabalho			
60 a 64 anos e trabalha		0,14	0,15
65 na 69 anos e trabalha		0,14***	0,14***
70 a 74 anos e trabalha		0,13***	0,13***
75 a 79 anos e trabalha		0,16	0,16
Tipo família			
Casal com filho			0,94
Outro tipo			0,98
Número de observações	1889	1889	1889
População	1.036.531	1.036.531	1.036.531
Strata	69	69	69

⁵ O *odds ratio* (OR) é um quociente de probabilidades (sempre positivo). Assim, um OR < 1, mostra um decréscimo e um OR > 1 mostra um acréscimo das chances.

<i>PSUs</i>	399	399	399
	F(9, 322) = 9,57	F(19, 312) = 10,26	F(21, 310) = 9,65
<i>Prob > F</i>	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria. Dados PNAD 2009

Nota: *significativo a 1%, ** significativo a 5%, *** significativo a 10%

Obs: todos os idosos para o tipo de família unipessoal eram chefes de família e para as categorias amarelo e indígena não houve observações; por isso estas categorias não entraram nos modelos.

O modelo 1 incluiu apenas as variáveis demográficas, sendo elas, situação conjugal, idade e cor. As chances dos idosos casados, separados e viúvos serem chefes de família foram bem maiores que as dos solteiros (categoria omitida). Em relação aos grupos de idade, os seus coeficientes não foram estatisticamente significativos. Quanto à cor, os idosos da cor preta apresentaram uma chance maior de chefiarem famílias que os brancos. O coeficiente associado à cor parda não foi significativo.

No modelo 2, foram acrescentadas variáveis socioeconômicas. Para a variável anos de estudo os resultados mostraram que os idosos com mais tempo de estudo tinham menos chance de chefiarem família, em relação àqueles com menos tempo (0 a 3 anos, categoria omitida). Para a variável proporção da renda do idoso na renda domiciliar, os resultados mostram que a renda do idoso é um importante determinante na sua condição de chefe de família. Verifica-se que quanto maior a proporção da renda do idoso na renda do domicílio, maior sua chance de ser chefe. Para os idosos que trabalhavam as chances de serem chefes de família eram maiores, em relação aos que não trabalhavam. Os resultados mostram que o coeficiente associado à variável aposentadoria não foi estatisticamente significativo. Para as variáveis de interação entre grupo de idade e trabalho, para os idosos de 65 a 69 e 70 a 74 anos os resultados mostraram menores chances de serem chefes, em relação aos idosos de idade mais avançada, que trabalhavam (categoria omitida: idosos de 80 anos e mais que trabalham). Para as demais interações entre grupos de idade e trabalho os coeficientes não foram estatisticamente significativos. Ao acrescentar neste modelo as variáveis socioeconômicas, o coeficiente da categoria 80 anos ou mais de idade (referente a grupos de idade) passa a ser estatisticamente significativo, indicando que os idosos mais velhos têm menores chances de chefiarem famílias que os idosos mais jovens.

Em relação à variável tipo de família, acrescentada no último modelo, os resultados para os coeficientes não foram estatisticamente significativos.

A TAB. 6 apresenta as razões de chances dos modelos estimados para a condição de chefia das idosas para o ano de 2009.

Tabela 6: Razões de chances (*odds ratio*) para os modelos estimados, para condição de chefe de família das idosas, Minas Gerais, 2009

	modelo 1	modelo 2	modelo 3
Variáveis demográficas			
Situação conjugal			
Casada	0,11*	0,18*	0,28*
Separada	3,47*	3,30*	2,77*
Viúva	3,33*	2,76*	2,07*
Grupos de idade			
65 a 69 anos	0,98	0,97	0,91
70 a 74 anos	1,00	0,82	0,83
75 a 79 anos	0,92	0,75	0,79
80 anos e +	0,33*	0,28*	0,31*
Cor			
Preta	0,92	0,96	0,94
Parda	1,15	1,17	1,15
Variáveis socioeconômicas			
Anos de estudo			
4 a 7		1,11	1,06
8 a 11		1,22	1,24
12 ou mais		0,72	0,72
Renda			
% renda do idoso na renda domiciliar		21,75*	21,99*
Variáveis trabalho			
Trabalha		7,83**	13,86*
Aposentada		0,65*	0,64*
Interação idade e trabalho			
60 a 64 anos e trabalha		0,11*	0,05*
65 na 69 anos e trabalha		0,07*	0,04*
70 a 74 anos e trabalha		0,15**	0,07*
75 a 79 anos e trabalha		0,15**	0,08*
Tipo família			
Casal com filho			0,22*
Mãe com filhos			4,86*
Outro tipo			0,67*
Número de observações	2435	2435	2435
População	1.326.152	1.326.152	1.326.152
Strata	69	69	69
PSUs	419	419	419
	F(9, 342) = 71,20	F(19, 332) = 34,36	F(21, 330) = 27,04
Prob > F	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria. Dados PNAD 2009

Nota: * significativa a 1% e ** significativa a 5%

Obs: todos os idosos para o tipo de família unipessoal eram chefes de família e para as categorias amarelo e indígena não houve observações; por isso estas categorias não entraram nos modelos.

No modelo 1, estimado com as variáveis demográficas, observa-se que a chance das casadas chefiarem famílias era menor em relação às solteiras. Entretanto, as separadas e as viúvas tinham mais chance que as solteiras de serem chefes de família. Para a variável idade, as chances das idosas de 80 anos ou mais chefiarem famílias era menor, em relação às mais jovens (60 a 64 anos de idade). Para os demais grupos de idade e para as categorias referentes a cor os coeficientes estimados não foram significativos.

No modelo 2 foram incluídas as variáveis socioeconômicas de educação, renda e trabalho. Em relação à variável anos de estudo, os coeficientes das categorias não foram estatisticamente significativos. Em relação à variável proporção da renda das idosas na renda domiciliar, verifica-se que as idosas apresentaram maiores chances de chefiarem famílias, quanto maior essa proporção. Para as idosas que trabalhavam as chances de serem chefes eram maiores que para as que não trabalhavam. Já para as idosas aposentadas, essas chances foram menores que para as não aposentadas. Para todas as variáveis referentes a interação entre grupos de idade e trabalho, os resultados mostraram menores chances das idosas mais jovens, que trabalhavam, chefiarem famílias; em relação às mais velhas que trabalhavam.

No último modelo, em que foi acrescentada a variável tipo de família, observa-se que para as idosas do tipo de família mãe com filhos a chance de chefiarem famílias era muito maior que aquelas idosas cujo arranjo era do tipo casal sem filhos (categoria omitida). Para as idosas do tipo de família casal com filhos e outros tipos as chances de chefiarem famílias eram menores, em relação ao tipo casal sem filhos.

Os modelos estimados mostraram que, tanto para os idosos quanto para as idosas, os principais fatores que explicam a condição de chefia familiar foram a situação conjugal, a renda e o trabalho. Para as mulheres também a variável tipo de família; sendo que o tipo mãe com filhos aumenta as chances de chefiarem a família. No entanto, essa relevância foi distinta entre homens e mulheres, quando se considera a situação conjugal. Para os homens a categoria que apresentou maior chance para a condição de chefiar família, em relação aos solteiros, foi a de casados, enquanto para as mulheres foi a categoria viúva. As casadas apresentaram menos chances que as solteiras para chefiar família.

Isso talvez evidencie a questão posta anteriormente sobre o predomínio de uma cultura patriarcal, de forma que, enquanto casal o homem assuma a condição de chefe e quando viúvas as mulheres assumam essa condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos anos têm sido marcados por mudanças nas estruturas sociais e econômicas, ligadas ao processo de envelhecimento populacional. No Brasil, os indicadores demográficos relacionados ao envelhecimento populacional mostraram que o país segue a tendência mundial de mudança na estrutura etária, resultando na diminuição do peso da população jovem e aumento da população idosa no total da sua população. Esse trabalho procurou mostrar alguns dos efeitos desse processo, principalmente no que diz respeito às políticas públicas e à estrutura familiar.

Em relação à tendência desse processo de envelhecimento populacional para o Brasil, estimativas apontam que de 2010 até o ano de 2050, a população de idosos deverá passar de 10% para cerca de 30% do total da população, e que em 2010 a taxa de fecundidade, que é o principal fator que afeta bruscamente a estrutura etária populacional já se apresentava abaixo da taxa de reposição, ou seja, menos de dois filhos por mulher.

A mudança evidenciada nas estruturas das pirâmides etárias ao longo do tempo é resultado da redução na taxa de fecundidade somada ao aumento da expectativa de vida que, para a população brasileira aumentou quase 20 anos no período de 1960 a 2010.

O desenvolvimento social é um fator de grande influência no envelhecimento populacional, tanto no processo, considerando seus efeitos na redução da taxa de fecundidade e no aumento da esperança de vida, como no novo padrão de vida dos idosos e seus arranjos familiares, nas políticas públicas direcionadas a essa população, dentre outros aspectos.

Tanto o envelhecimento populacional, influenciado por políticas públicas (dentre vários outros fatores), como as próprias políticas públicas direcionadas a população idosa em constante crescimento, causam mudanças nas suas relações familiares, como é o caso do acesso à renda da aposentadoria, com a universalização, que muda a condição do idoso de assistidos para assistentes no âmbito familiar, conforme observaram Delgado e Cardoso (1999).

Com a análise dos resultados referentes aos objetivos propostos pelo estudo buscou-se verificar as hipóteses levantadas.

Em relação à primeira hipótese de existência de diferencial nos resultados ao fazer a análise segundo recorte de sexo, devido a questões de gênero; e da segunda, de que a situação conjugal fosse um diferencial relevante, elas foram confirmadas. Foi visto que, apesar de tanto para os homens quanto para as mulheres o percentual maior ser de idosos na

condição de chefe de família, esse percentual foi maior para os homens. Foi confirmada a hipótese de que a situação conjugal é um importante diferencial entre homens e mulheres, tanto na análise do perfil dos idosos chefes quanto na determinação da sua condição de chefia. Observamos que há um percentual maior de homens casados chefiando famílias e para as mulheres o percentual maior foi de viúvas chefes de família, isso para todos os grupos de idade, confirmando a hipótese de partida.

Quanto à terceira hipótese, referente aos tipos de família, o estudo mostrou que para os homens os maiores percentuais foram de idosos chefiando famílias do tipo casal (com ou sem filhos) e para as mulheres o maior percentual foi para o tipo de família mãe com filhos, o que confirma a hipótese de que a maior tendência seria de homens chefiarem famílias nucleares (casal com ou sem filhos) e de mulheres chefiarem famílias compostas por mães e filhos (famílias monoparentais). Um dos motivos para essa diferença pode ser justificado pela constatação feita por Nascimento (2001), onde os homens tendem a recompor a vida conjugal ao ficarem viúvos, contrário às mulheres. Esses resultados observados para Minas Gerais vão de encontro ao estudo à nível nacional, feito por Camarano e Ghaouri (2002), que constataram que tem crescido o número de domicílios compostos por mães e filhos sendo a viuvez o principal determinante desse tipo de família.

As variáveis situação conjugal, renda e, no caso das mulheres, tipo de família foram as mais evidentes nas análises dos modelos de regressão propostos para verificar em que medida as chances dos idosos serem chefes de família são afetadas por variáveis demográficas e socioeconômicas e mostram resultados bastante distintos entre homens e mulheres. Isso confirma parte da quarta hipótese, de que situação conjugal, idade e renda sejam determinantes significativos na condição de chefe de família. No que se refere a idade, para as idosas, mais idade não significou maior chance de serem chefes de família. O fato de ser mais jovem, em geral é associado à maior atividade e autonomia, o que pode explicar esse resultado; no sentido que idosos “ativos” e com maior autonomia tenham maior chance de serem responsáveis pela família.

Os resultados dos modelos observados principalmente para as variáveis situação conjugal e tipo de família (em que a probabilidade das idosas chefiarem família do tipo mãe com filho foi muito maior que as de casal sem filhos), pode estar relacionados a questões como a maior longevidade feminina, e à cultura predominantemente patriarcal que marca a sociedade brasileira.

Em relação à renda do idoso, pôde ser observado que ela tem uma parcela significativa na composição da renda domiciliar. Na maioria dos casos, tanto para os homens

quanto para as mulheres, correspondia a 100% da renda domiciliar. Na análise dos modelos a renda também foi relevante para explicar a chance dos idosos serem chefes de família. Vale lembrar que, como a maioria dos idosos são aposentados é possível que na maioria dos casos essa renda seja proveniente do benefício, evidenciando a grande importância dessa política pública voltada aos idosos.

De uma forma geral os resultados aqui apresentados estão em consonância com alguns estudos (entre eles, Camarano, 1999) que têm mostrado a importância do idoso na estrutura familiar relacionada à responsabilidade pela família.

Como o processo de envelhecimento populacional tende a se aprofundar, e como ele traz consigo uma série de implicações sociais e econômicas para a sociedade, é preciso uma especial atenção por parte dos formuladores de políticas públicas. Diante do aprofundamento desse processo (tendência universal), a importância do idoso no âmbito familiar e na sociedade certamente será aumentada. Por isso, estudar a população idosa em constante crescimento e sua estrutura de vida se torna importante.

Dentre as várias questões analisadas neste estudo referentes aos idosos chefes de família, um aspecto em particular nos chama atenção: a grande importância da renda dos idosos na renda domiciliar, de forma que na maioria dos casos a renda desses idosos que chefiam famílias representam o único provento do domicílio. A partir daí levantamos algumas questões, como: Quais as particularidades dos arranjos domiciliares em que a renda dos idosos chefes é o único provento financeiro do domicílio? Qual o impacto da renda desses idosos na economia local? Em que medida e de que maneira as políticas públicas no país voltadas para a população idosa, cada vez mais crescente, têm impactado a vida e os arranjos domiciliares desses idosos? O acesso à aposentadoria, com a universalização do benefício, pode ser um influente importante na estrutura familiar desses idosos? Num período entre décadas recentes (em que o processo de envelhecimento populacional tem se intensificado) que mudanças podem ser observadas na estrutura familiar e na vida social desses idosos? Essas são sugestões para estudos futuros, sendo que as respostas podem contribuir de forma significativa para entender melhor o papel do idoso na economia local e na vida familiar e social dessa população em constante crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTUSSI, L. A. S.; TAJADA, C. A. O. *Conceito, Estrutura e Evolução da Previdência Social no Brasil*. Passo Fundo – RS: UPF, 2003. (Texto para discussão nº. 02/2003).

CAMARANO, A. A. *Mulher Idosa: Suporte Familiar ou Agente de Mudança?*. São Paulo: Scielo, 2003. [s/d] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300004>. Acesso em: 07/08/2010.

CAMARANO, A. A. *O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão nº. 830).

CAMARANO, A. A. ;BELTÃO, K. I. ; PASCOM, A. R. P. ; MEDEIROS, M. ; CARNEIRO, I. G. ; GOLDANI, A. M. ; VASCONCELOS, A. M. N. ; CHAGAS, A. M. R. ; OSÓRIO, R. M. *Como Vai o Idoso Brasileiro?*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão nº. 681.).

CAMARANO, A. A. ;CHAOURI, S. K. E. *Famílias com Idosos: Ninhos Vazios?*. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto – MG, 2002.

CAMARGOS, M. C. S.; MACHADO, C. J.; RODRIGUES, R. S. *A relação entre renda e morar sozinho para idosos paulistanos*. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos de População. V.24., n.1, p. 37-51. 2007.

CAMARANO, A. A., PASINATO, M. T. *Apoio à ou da População Idosa: Famílias ou o Estado?*. In: BENECKE, D. W.; NASCIMENTO, R. (orgs.). *Política Social Preventiva: Desafio para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

CAMARANO, A. A., PASINATO, M. T. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A., PASINATO, M. T. *O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas*. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

COUTRIM, R.M.E. *Idosos e trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais*. Sociedade e Estado. Brasília, v.21, n2, p 367-390, maio/ago 2006.

DELGADO, G. C. ; CARDOSO Jr., J. C. *O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: a Experiência Recente da Universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão nº. 688).

DURHAM, E.. Família e casamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., 1982, Vitória. *Anais...* São Paulo: ABEP,1982. v.1, p.31-50. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1982/T82V1A002.pdf>>.

DUDEN, B.; *População*. In: SACHS, W. (editor). Dicionário de Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Tradutores JOSCELYNE, V. L. M.; GYALOKAY, S.; CLASEN, J. A. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GONÇALVES, M. E. ; CERQUEIRA, M. B. R. ; RODRIGUES, L. ; RODRIGUES, R. N. ; SILVA, J. R. ; BOTELHO, Z.A.S ; OLIVEIRA, A. G. *Participação do idoso nas atividades agropecuárias no estado de minas gerais: uma análise para os anos de 1991 e 2000*. In: X Encontro Nacional da ABET, 2007, Salvador. p. 1-20.

GUJARATI, D. *Econometria Basica*. Sao Paulo: Makron Books, 2006.

IBGE. *Perfil dos Idosos Responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000*. [s/d] Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/default.shtm>>. Acesso em: 17/03/2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MARTINS, R. M.; *O Idoso na Sociedade Contemporânea*. Disponível em: < <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/10.pdf> >. Acesso entre 01/2009 e 6/2010.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G.; VARELLA, S. *O Levantamento de Informações Sobre as Famílias nas PNADS de 1992 a 1999*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão nº. 860).

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G.; VARELLA, S. *Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos de População. V.17. 2000.

NEDER, H. D. *Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência*. Revista de Economia e Sociologia Rural. V.42 nº 3 Brasília. 2004.

NEDER, H. D.; SILVA, J. L. M. *Indicadores sociais no Brasil: uma análise de sua evolução em período recente*. Parcerias Estratégicas. Nº 22. 2006

Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. PNUD.

Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision. ONU

RAY, Debraj. Development Economics. Princeton, New Jersey, 1998, 848p.

RIOS-NETO, E. *Família: uma visão da demografia (econômica)*. In: SEMINARIO DO NUCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 1988, Campinas, SP. Família nos anos 80: dimensões sociais do novo regime demográfico. Campinas: ANPOCS, 1988. 2v. p. 1-33

RIOS-NETO, E. *Questões Emergentes na Demografia Brasileira*. Belo Horizonte: Cedeplar, 2005.(Texto para Discussão Nº 276)

SANTOS, G. C. *Tratamento e Extração dos Microdados da PNAD*. (ERU 726 - Econometria II) 2010. Disponível em: http://ufv.academia.edu/GILNEI/Teaching/23909/Aula_de_Microdados_no_Stata.

PAULO, M. A. *A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008.

RIST G.; *The history of development: from western origins to global faith*. New York, Zed Books, 2002.

RODRIGUES, L.; *Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento*. Reviste Argumentos, 2009.

ROMERO, D. E. *Diferenciais de gênero no impacto do arranjo familiar no status de saúde dos idosos brasileiros*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 4, p. 777-794, 2002.

SEM, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, C. *Políticas Públicas uma Revisão da Literatura*. In: Sociologias. Porto Alegre, 2006.

VIANA, A. L. d'Á.; LEVCOVITZ, E. *Proteção Social: introduzindo o debate*. In: VIANA, A. L. d'Á.; ELIAS, E. M. e IBAÑEZ, N. (org.). *Proteção Social: Dilemas e Desafios*. SP: Hucitec, 2005.

WOOLDRIDGE, J. (2001), *Econometric analysis of cross section and panel data*. Londres, MIT.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. *O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas*. Rev. Bras. Estud. Popul., v.23, n.1, p. 5-26, 2006.